

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**



**VANESSA CHAVES FERREIRA DA ROCHA  
RAFAELA COELHO OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NEOPENTECOSTAL NA POLÍTICA  
BRASILEIRA**

**RIO DE JANEIRO  
2022**

VANESSA CHAVES FERREIRA DA ROCHA  
RAFAELA COELHO OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NEOPENTECOSTAL NA POLÍTICA  
BRASILEIRA**

Monografia apresentada como exigência para  
Monografia apresentada como exigência para  
obtenção do grau de Bacharelado em Serviço  
Social da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE  
JANEIRO.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ilma Rezende Soares.

RIO DE JANEIRO  
2022

Oliveira, Rafaela Coelho  
O048i A influência do conservadorismo neopentenconstal na política Brasileira. / Rafaela Coelho Oliveira. -  
Rio de Janeiro, 2022.  
64 f.

Orientador: Ilma Rezende Soares.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de  
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2022.

1. Conservadorismo, neopentenconstalismo,  
política.. 2. Universidade federal do Rio de Janeiro. 3.  
Escola de serviço social. I. Rezende Soares, Ilma,  
orient. II. Título.

CIP - Catalogação na Publicação

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira da Rocha, Vanessa Chaves  
F252i A influência do conservadorismo neopentenconstal na política Brasileira. / Vanessa Chaves Ferreira da Rocha. --  
Rio de Janeiro, 2022.  
64 f.

Orientador: Ilma Rezende Soares.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de  
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2022.

1. Conservadorismo, neopentenconstalismo,  
política.. 2. Universidade federal do Rio de Janeiro. 3.  
Escola de serviço social. I. Rezende Soares, Ilma,  
orient. II. Título.

RIO DE JANEIRO

2022

VANESSA CHAVES FERREIRA DA ROCHA  
RAFAELA COELHO OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NEOPENTECOSTAL NA POLÍTICA  
BRASILEIRA**

**ORIENTADORA:**

**Profª Ilma Rezende Soares**

**BANCA EXAMINADORA:**

**Profª Mariléia Inoue**

**Profª Rosana Morgado**

Rio de Janeiro

2022

VANESSA CHAVES FERREIRA DA ROCHA  
RAFAELA COELHO OLIVEIRA

A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NEOPENTECOSTAL NA POLÍTICA  
BRASILEIRA

Monografia apresentada como exigência para  
obtenção do grau de Bacharelado em Serviço  
Social da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE  
JANEIRO. Orientador: Profa. Ilma Rezende  
Soares.

Aprovado em:

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

---

Professora Ilma Rezende Soares  
(Orientadora)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Rosana Morgado  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professora Mariléia Inoue  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedicamos este trabalho de Conclusão de Curso àqueles que lutaram por direitos, acessos e que lutam até hoje para que mulheres como nós, pudessem ocupar espaços e saberes.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os que nos incentivaram durante essa jornada: familiares, em especial Dona Maria de Fátima (In memorian), amores e amigos que ofereceram apoio emocional e financeiro aos nossos estudos e pesquisas.

Podemos afirmar que, além da saúde física e mental afetada neste processo exaustivo e desafiador que é a graduação, a UFRJ nos proporcionou em igual intensidade, ricas experiências para uma vida toda.

Agradecemos às nossas supervisoras de estágio durante todo o tempo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): Camilla Muniz, Marcele Curty e Letícia Cintra.

Agradeço à Professora Ilma Rezende pela paciência e acolhimento, nos oferecendo a oportunidade de encerrar este ciclo, sendo o exemplo profissional no qual nos espelhamos. Sua ética, justiça e coerência demonstram o ser humano incrível que você é!

Durante os anos na academia também pudemos ter a referência positiva de outros mestres. Não temos palavras para mensurar o quanto fomos inspiradas por seus ensinamentos que nos permitiram ver o tamanho e a potência da Primeira Universidade do Brasil. Nossa relação antagônica não diminui o orgulho de fazermos parte desta história e de termos a UFRJ como cenário de alguns anos das nossas vidas.

Não poderíamos nos esquecer de agradecermos a nós mesmas por, apesar de tantos obstáculos e contratemplos, termos seguido em frente. Não tão fortes, não tão firmes, mas seguimos.

A todos os demais, encarem o ambiente de uma Universidade, sobretudo federal, com leveza, sem se cobrarem tanto e tentem aproveitar o caminho.

"O pior governo é o mais moral. Um governo composto de cínicos é frequentemente mais tolerante e humano. Mas, quando os fanáticos tomam o poder, não há limite para a opressão."

Henry Louis Mencken



## RESUMO

O problema exposto neste trabalho é o avanço do discurso fundamentalista religioso e conservador, que estaria influenciando na construção de políticas enviesadas com interesses particulares e que afetam diretamente o desenvolvimento e a implementação de políticas sociais no Brasil. O objetivo geral deste trabalho é avaliar a influência deste discurso, sobretudo o religioso neopentecostal, e de que forma este incide na condução das decisões no campo político no nosso país. Já os objetivos específicos são: a) analisar como personagens religiosos ganham força na política brasileira e b) avaliar como esses grupos se organizam para gerar resultados como os das eleições de 2018. A justificativa desse tema foi a observação do avanço agressivo do conservadorismo religioso a partir das eleições presidenciais de 2018. A metodologia utilizada foi o estudo empírico sobre o histórico da democracia brasileira e a proximidade do discurso conservador religioso com a política do País, quantitativo por amostragem e em termos bibliográficos os escritos de autores, como o intelectual Edmund Burke. Este trabalho se divide em três capítulos: no primeiro capítulo, há a conceituação de Democracia, Conservadorismo e Neopentecostalismo. No segundo capítulo, abordamos o golpe militar de 1964, o processo de abertura democrática e os fundamentos da Constituição de 1988. No terceiro e último capítulo, tratamos do conservadorismo político presente no discurso dos vereadores da câmara municipal do Rio de Janeiro e seus reflexos nas eleições presidenciais de 2018. Este trabalho buscou refletir sobre a influência neopentecostal conservadora no comportamento político no Brasil. Uma conclusão preliminar é que o discurso conservador neopentecostal está gradativamente construindo políticas contraditórias ao princípio democrático.

Palavras-chave: Democracia; Neopentecostalismo; Conservadorismo.

**Palavras-chave:** Democracia; Neopentecostalismo; Conservadorismo

## ABSTRACT

The problem exposed in this work is the advance of the religious and conservative fundamentalist discourse, which would be influencing the construction of biased policies with particular interests and that directly affect the development and implementation of social policies in Brazil. The general objective of this work is to evaluate the influence of this discourse, especially the neopentecostal religious one, and how it affects the conduct of decisions in the political field in our country. The specific objectives are: a) to analyze how religious characters gain strength in Brazilian politics and b) to evaluate how these groups organize themselves to generate results such as those of the 2018 elections. of the 2018 presidential elections. The methodology used was the empirical study of the history of Brazilian democracy and the proximity of the conservative religious discourse to the country's politics, quantitative by sampling and in bibliographic terms the writings of authors, such as the intellectual Edmund Burke. This work is divided into three chapters: in the first chapter, there is the conceptualization of Democracy, Conservatism and Neo-Pentecostalism. In the second chapter, we approach the military coup of 1964, the process of democratic opening and the foundations of the 1988 Constitution. In the third and last chapter, we deal with the political conservatism present in the speech of the councilors of the municipal council of Rio de Janeiro and its reflexes in the 2018 presidential elections. This work sought to reflect on the conservative neo-Pentecostal influence on political behavior in Brazil. A preliminary conclusion is that the neo-Pentecostal conservative discourse is gradually building policies that contradict the democratic principle.

Keywords: Democracy; Neo-Pentecostalism; conservatism.

**Keywords:** Democracy; Neopentecostalism; Conservatism

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 — Transição religiosa no Brasil.....	34
Imagem 2 — Entidades Religiosas com Maiores dívidas na Receita.....	37
Imagem 3 — Câmara dos deputados.....	41
Imagem 4 — Candidatos aliados à religião.....	42
Imagem 5 — Distribuição do eleitorado por religião.....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
ONG	Organização Não Governamental
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
CF	Constituição Federal
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual (o símbolo "+" aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.)
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
AI-5	Ato Institucional nº 5
CIA	Central Intelligence Agency
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ONU	Organização das Nações Unidas
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
FMI	Fundo Monetário Internacional
UOL	Universo OnLine
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
2	<b>DEMOCRACIA</b> .....	15
2.1	<b>CONSERVADORISMO</b> .....	24
2.2	<b>NEOPENTECOSTALISMO</b> .....	27
3	<b>O GOLPE MILITAR DE 1964</b> .....	39
3.1	<b>DA ABERTURA DEMOCRÁTICA À CONSTITUIÇÃO DE 1988</b> .....	43
4	<b>OS RUMOS DA DEMOCRACIA: DE FHC A BOLSONARO E O AVANÇO DAS FORÇAS EVANGÉLICAS CONSERVADORAS NO CAMPO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</b> .....	47
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	67

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o início do nosso processo de formação a temática envolvida nesse trabalho (política e religião) esteve presente em diversas discussões. Principalmente em como deveríamos nos posicionar durante nossa atuação profissional.

O Assistente Social não deve criar juízo de valor, discriminar raça, credo ou orientação sexual. Nossa Constituição enquanto carta magna de direitos e deveres, teoricamente está em consonância com os Direitos Humanos e o Estado, enquanto esfera de poder, é laico. Em tese isso significa que não importa qual fé seus representantes professem, há a garantia legal de que o Estado não interferirá nessas escolhas e atuará por meio de políticas públicas e sociais, em favor dos interesses coletivos da diversidade e pluralidade de seu povo.

Infelizmente a realidade histórica do nosso país é diametralmente oposta ao que a teoria e as leis buscam garantir. O que se acentuou ainda mais durante o impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff e posteriormente, durante todo o período eleitoral de 2018 que resultou na eleição de Jair Bolsonaro.

Sua campanha foi marcada por uma extensa rede de fake news e especialmente por um discurso forjado no conservadorismo religioso. Desde então, nos vimos cada vez mais instigados em analisar como aparentemente de "uma hora para a outra", tantas pessoas se sentiram confortáveis endossarem seus preconceitos de forma natural, a partir do posicionamento de Jair Bolsonaro.

Bobbio (1992) afirma que em qualquer teoria o conservadorismo pode estar presente e ser capaz de endossar qualquer prática social conservadora. O conservadorismo tem por referência, um conjunto de retóricas que tornam inviáveis e dificultam a mobilidade social.

Com isso, nossa fundamentação teórica deriva da análise de um conjunto de autores e materiais produzidos no campo das ciências sociais e políticas, pesquisas, dissertações, notícias em diversos veículos, livros e dados de organismos oficiais como o IBGE, por exemplo.

Entre os autores e materiais consultados temos a professora Maria das Dores Machado, o sociólogo Ricardo Mariano e os Clássicos da política como algumas das referências.

Nosso objetivo é analisar o cenário político a partir do comportamento conservador religioso neopentecostal, sua força crescente e influência, exercidas em decisões e projetos neste contexto.

Nossos objetivos específicos são: a) analisar a conexão entre religião e Estado na conjuntura brasileira;

b) Avaliar o discurso utilizado por grupos bolsonaristas, para gerar resultados como os da eleição de 2018 (e que revelaram um avanço da onda conservadora sob o ideal neopentecostal).

A pandemia do Corona Vírus (Covid -19) em curso no mundo, nos trouxe limitações práticas ao desenvolvimento desse trabalho encaminhando-nos a um processo empírico baseado em artigos, teses e publicações de alguns autores para a obtenção de dados relevantes ao tema.

A nossa hipótese é a de que elementos do conservadorismo neopentecostal representados por personagens religiosos e políticos aliados, possam fragilizar tanto a liberdade e a igualdade, valores presentes na nossa Constituição Federal de 1988 e que são a base da nossa democracia, como intervir em decisões políticas importantes para a sociedade em um contexto de diversidade religiosa, racial e sexual.

A metodologia utilizada tomou por base a bibliografia específica sobre o tema (política X religião = consequências para sociedade) com referência em alguns autores, como por exemplo, o intelectual Edmund Burke (grande pensador sobre o conservadorismo).

A justificativa deste trabalho é analisar o fenômeno da direita conservadora e da ala religiosa assumirem espaços políticos (congresso, senado, assembleias legislativas e câmaras de vereadores) influenciando em políticas conservadoras e pautadas em crenças religiosas.

No capítulo 1 nossa breve introdução orienta sobre o processo de pesquisa e o que pretendemos apurar a partir disso.

O capítulo 2 busca familiarizar nosso leitor com os conceitos básicos de democracia, conservadorismo e o neopentecostalismo e o capítulo 3, envolve os processos históricos que transformaram a nossa política (com a participação da religião). O último capítulo realiza um breve panorama sobre o período que vai do governo de FHC e as eleições de 2018, até o momento atual (2022).

## 2 DEMOCRACIA

A representatividade de grupos conservadores na política brasileira é fruto de uma demanda específica que, por vezes, desconsidera o pluralismo e a diversidade. Geralmente acompanhada de religiosidade, essa representação dificulta a abertura de espaços para discussões e debates à luz da ciência e das leis, uma vez que seus valores religiosos se sobrepõem ao fato de que o Estado é laico.

A democracia basicamente é um regime político que envolve a participação da sociedade na tomada de decisões que incluem interesses coletivos. Seus princípios abrangem os valores de igualdade e liberdade e, desde a antiguidade, o tema é objeto de reflexão por diversos pensadores.

No Brasil, particularmente após as eleições de 2018, há uma discussão contínua sobre a democracia e uma intensa batalha ideológica de polarização entre extrema direita e esquerda que evidencia os riscos a este regime tão recente em nossa história. Distorções influenciadas pelo conservadorismo religioso de personagens políticos confrontam os princípios constitucionais e criam entraves ao desenvolvimento de políticas que tenham por fundamento a pluralidade, a ciência e a laicidade do Estado.

Este comportamento ignora a diversidade de ideias, crenças e o direito de liberdade e igualdade que deve servir a todos sem distinção e que atuam como norte para o princípio democrático.

Ainda que historicamente possua muitas contradições a respeito da participação popular (sua etimologia conjuga dois vocábulos gregos: *demos* que significa "povo" ou "população" e o sufixo *kracia* que significa "governo" ou "autoridade"), a democracia como "governo do povo", tem seus primeiros registros nos tempos da Grécia antiga sob as reflexões de Platão (428–348 a.C.) e Aristóteles (384–322 a.C.), com suas ideias sobre a política grega e ateniense.

As críticas desses dois filósofos às formas de governo e às relações que se estabeleciam na sociedade resultaram no conceito de formas *degeneradas* e *justas* do Estado. As formas *justas* são aquelas que servem ao bem comum e as formas *degeneradas* (ou injustas,) aquelas que beneficiam somente aos governantes.

Segundo o pensamento desses filósofos, as formas justas seriam a Monarquia (o poder nas mãos de um só), visando o cuidado de todos; Aristocracia (o



governo nas mãos dos virtuosos), visando o bem de todos sem distinção ou privilégios e República, um governo popular a serviço de todos.

Dentre as formas injustas a Tirania é classificada como o controle do poder por apenas um, de acordo com seu próprio interesse; Oligarquia, o controle nas mãos dos ricos sob a finalidade de vantagem econômica.

Segundo Platão, a democracia ideal possui a liberdade com valor central e e seria melhor conduzida por filósofos – os únicos capacitados a governarem por deterem grandes conhecimentos e total compreensão da verdade.

Aristóteles, por sua vez, reconhecia a liberdade como um princípio fundamental do regime democrático e discorria sobre a alternância do poder como resultante dela. Entretanto, a igualdade que faz parte do princípio democrático era apenas política. Mantendo a desigualdade econômica entre as classes e a divergência de interesses

O fundamento do regime democrático reside na liberdade, tal como se costuma dizer, com efeito, dizem alguns que é apenas neste regime que se participa da liberdade, e que nisso consiste o fim de toda a democracia. Ora, um dos atributos da liberdade consiste em ser governado e governar em alternância. É por via disso que a justiça exercida com espírito democrático tem em conta uma igualdade segundo o número, e não segundo o mérito dos cidadãos. (ARISTÓTELES, 1998, p. 443).

Sobre participação e cidadania na perspectiva da Grécia antiga, é importante salientar que, apesar da grande atuação popular nas tomadas de decisões voltadas ao povo, mulheres, escravos, estrangeiros e pobres eram excluídos. Apenas os nascidos de pais atenienses, homens e em determinadas classes sociais eram considerados cidadãos e, portanto, aptos a participarem das discussões políticas. Tal classificação social demonstrava a delimitação dos espaços políticos e, apesar de pressupor a participação dos cidadãos de uma sociedade, os primeiros ensaios sobre o regime democrático eram, nesse sentido, questionáveis.

A Grécia enfrentou uma série de disputas políticas internas por mais de duas décadas. A Guerra do Peloponeso<sup>1</sup> (431–404 a.C.) por exemplo, resultou no domínio temporário de Esparta sobre Atenas. Em contrapartida, Esparta não

---

<sup>1</sup>A Guerra do Peloponeso foi um conflito entre as cidades-estados gregas Atenas e Esparta, no século V a.C., pela disputa do domínio da Grécia Antiga (Fonte: Guerra do Peloponeso: contexto, /motivo,quemganhouhttps://mundoeducacao.uol.com.br - Acesso em 07/02/2020)

intencionalmente, abriu caminho para que primeiro a Macedônia ocupasse esse território e, em seguida, Roma.

O Estado romano antigo foi, como ordem política, organizador da vida em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e jurídicas, após sua crise deu-se a consequente interiorização da vida (característica da Idade Média) e as aglomerações humanas assim como as cidades que surgiram, evidenciaram a necessidade do desenvolvimento de formas de gestão importantes que foram determinantes para a construção da democracia na Idade Contemporânea. Elementos desse tipo de gerenciamento como a ideia de soberania popular por exemplo, se tornaram presentes na formação de conselhos de diversos tipos por grupos de cidadãos responsáveis pela organização da vida no espaço da cidade, em suas diversas áreas. A escolha de representantes direta e indiretamente, significava organizar a vida urbana e a aglomeração humana.

A forma romana mais conhecida de democracia se baseava na soberania popular: O príncipe tinha o poder democrático porque o povo lhe conferia. Com isso, sua autoridade para governar era democrática porque quem o havia colocado naquele posto era o povo.

Diante dessa teoria, tais teorias serviram para entender que independentemente de quem detém o poder, esse sempre se originará do povo, abrindo espaço para a diferenciação entre a titularidade e o exercício do poder, que permitiu durante a história do Estado democrático salvar o princípio da democracia impedindo sua corrupção prática (SANTANA, 2016, p. 14).

Ainda que de forma embrionária, vê-se a partir de tal raciocínio que a origem do poder governante, normalmente uma família governante, sustenta-se em uma base de apoio e legitimidade conferidas pela aceitação do povo. Entretanto, esta forma de governo de um só no poder, pode se tornar autoritária.

Pois que as palavras constituição e governo significam a mesma coisa, pois o governo é a autoridade suprema nos Estados, e que necessariamente essa autoridade suprema deve estar nas mãos de um só, de vários ou a multidão, segue-se que quando um só, ou vários ou a multidão usam da autoridade tendo em vista o interesse geral, a constituição é pura e sã; e que, se o governo tem em vista o interesse particular de um só, de vários ou

da multidão, a constituição é impura e corrompida (ARISTÓTELES, 1965, Livro III, cap. V)

O príncipe (governante) era escolhido através não só dos votos de seu povo, mas através da tradição do mesmo. Esta era a maneira como se elegiam as lideranças no período medieval, referência nesse período para explicarmos as relações originárias da democracia após a antiguidade.

Segundo Bobbio (1960 apud SANTANA, 2016, p.15,) ocorria na Idade Média, tal como em Roma (em que o povo transferia também ao imperador, seus direitos para serem distribuídos de forma democrática), que o povo esperasse que o governante medieval com o poder que lhe era conferido, governasse para o bem comum e a segurança da vida na cidade. É do esforço dessa dinâmica de organização da vida que, ainda no período cronológico da Idade Média, foi possível surgir o Renascimento a partir do século XIV. Tanto que aspectos sociais, jurídicos e políticos que visavam a conjuntura daquela comunidade e o bem comum, são elementos contribuidores para a noção que temos hoje de democracia em relação ao valor do bem comum.

Na Idade Moderna, o pensamento dos filósofos era particularmente voltado à ideia de bem comum das comunidades políticas, ideia essencial para se pensar a democracia. Em especial, podemos destacar, no período da Idade Moderna, alguns autores de grande relevância teórica na reflexão sobre a concepção de democracia. São eles: John Locke (1632–1704), Charles-Louis de Sécondat “Montesquieu” (1689–1755), François-Marie Arouet “Voltaire” (1694–1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), Alexis de Tocqueville (1805–1859), esse último, já após a Revolução Francesa, na Idade Contemporânea.

John Locke, considerado pai do liberalismo, empirismo e da revolução científica (WEFFORT, 2001, p.83), expõe de forma sistemática em seu pensamento a concepção de um poder político, originado por contrato (contratualismo), que traz as bases da ideia de livre arbítrio em que os indivíduos livres concordam em fundar um Estado e escolher um governante, livre arbítrio que, logo, traz por consequência a ideia de soberania popular (ainda que restrita). Estes, dois pilares sem os quais não se constitui a concepção contemporânea de democracia.

Para Locke, a base para a formação de um Estado era a de que os indivíduos deveriam ter o livre consentimento. Esses mesmos indivíduos consentiam na formação de seu governo e dariam a ele total liberdade para cuidar de suas propriedades e seus direitos, além do controle do executivo e legislativo.

O controle do governo pelo povo era marca forte do pensamento político de Locke, tanto que ao classificar um governo tirânico como sendo aquele que não cumpre as leis e é marcado pelo abuso do poder, Locke justifica que o direito do povo em resistir – defesa do direito de resistência – as ações arbitrárias de um governo é legítimo, até que haja sua substituição. Segundo sua teoria sobre a Lei de Natureza, todos são livres, independentes e iguais. Entretanto, um poder regulador se fazia necessário para conter a “malignidade” de alguns:

Não fosse a corrupção e a perversidade de homens degenerados, não haveria necessidade de nenhum outro poder – não seria preciso que os homens se afastassem desta grande comunidade natural e se unissem, mediante acordos positivos, em sociedades menores e separadas (LOCKE, 2005, p. 498, §128).

Sob a lei de natureza, Locke admite que só há submissão ao poder político de outro sob consentimento, demonstrando com esse pensamento uma espécie de endosso ético para que o povo resista aos abusos de seus governantes sempre que os interesses pessoais estiverem acima dos interesses da sociedade.

Já Montesquieu, visualiza a democracia na forma de governo em que o regime democrático do período medieval e o regime democrático moderno se fundiram, tornando-se um novo modelo de democracia que seria representativa e atualizada em república. Pensador de seu tempo, Montesquieu considerava que o povo seria péssimo para governar, dada a modernidade e agitação da vida, não teria tempo para se aprofundar nos assuntos relativos ao governo e, assim, não seria capaz de tomar decisões corretas.

Voltaire refletia sobre a democracia (assim como Rousseau) como democracia direta, mas achava, como seus antecessores, o povo incapaz e analfabeto para dirigi-la. Era defensor da liberdade de pensamento, como Locke e Montesquieu, e grande crítico da igreja católica em sua relação com o Estado.

Rousseau pensava a democracia como sendo direta: uma vez eleito pelo povo, o representante deveria cumprir as leis, favorecendo, assim, os direitos dos cidadãos:

Rousseau recomenda a criação de pequenos estados e a democracia direta. Explica que os eleitos do povo para governar, não são representantes, mas apenas instrumentos para executar a vontade geral. Desta forma, as leis são obrigatórias depois de aprovadas e consentidas pelo povo e justamente por isso a população deve ser reduzida, pequena, para que possam se reunir com frequência (MENDES e VIEIRA, 2005, p. 5)

Os representantes, como vimos na citação acima, atuam no funcionamento do governo democrático como funcionários que devem executar o que a lei manda, lei esta feita pelo próprio povo, que exercia o poder legislativo, assim, o governante executa a vontade direta do povo, não podendo tomar decisões fora das leis.

As formas de governo, para Rousseau, a depender do tamanho do Estado, eram três: a) monarquia para os Estados grandes; b) aristocracia para os Estados médios e c) democracia para os Estados pequenos. Para ele, só era possível ter uma sociedade com liberdade e igualdade somente pela democracia direta. O que significa que todo e qualquer cidadão pode participar das decisões do Estado de forma direta.

Rousseau avança em relação aos seus antecessores na ideia de igualdade política, em que a convicção sobre a soberania popular universal é inabalável, mesmo admitindo que possa o povo cometer erros em suas decisões acerca da vida coletiva.

Entretanto, esses três filósofos (Locke, Montesquieu e Rousseau) eram uníssomos em considerar a liberdade e a igualdade como valores centrais em relação às formas de governo. Os mesmos valores que inspiraram a Revolução Francesa (1789–1799), consequência de um período marcado pela grande desigualdade social e insatisfação dos menos favorecidos, como o descontentamento da burguesia em relação aos privilégios da aristocracia. Observando-se que o interesse da burguesia não estava relacionado ao combate à desigualdade, mas na ampliação e prosperidade de seus negócios.

A Revolução Francesa foi o marco histórico que finda a Idade Moderna e inicia a Idade Contemporânea – que, por sua vez, lançou as bases do ideário

democrático que convulsionou toda a primeira metade do século XIX e marcou definitivamente o século XX. Em 3 de fevereiro de 1794 a França anuncia o fim da escravidão no país e em 1821 funda a Sociedade da Moral Cristã em Paris, criando 1 ano mais tarde o Comitê para a abolição do tráfico humano e da escravidão:

A partir de uma proposta dos deputados René Lavasseur, Eugène Delacroix e Georges Jacques Danton, a escravidão é abolida em 3 de fevereiro de 1794 em todos os territórios da República Francesa. Na tribuna, os representantes de Saint-Domingue, hoje Haiti, a principal colônia francesa, são ovacionados (Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/9349/hoje-na-historia-1794-assembleia-nacional-da-franca-abole-a-escravidao-em-suas-colonias> - Acesso em 01/05/2022)

No Brasil, esse ideário fomentou a luta abolicionista e em 1888, a escravidão foi vencida como instituição jurídica desde a Colônia. Ficou-nos, porém, como herança, o escopo do poder colonialista que determinou uma estrutura de relações autoritárias e que refletem ainda hoje, na desigualdade social e na ameaça constante à liberdade e igualdade, nossos valores democráticos. Esse autoritarismo se materializou sob a cultura do paternalismo, do clientelismo e do coronelismo ainda presentes, e que são práticas impressas nas camadas sociais mais necessitadas sob a sensação de que o dever do Estado é uma forma de benesse que deve ser retribuída por meio do voto nos candidatos alinhados aos seus interesses.

Pouco tempo após a abolição da escravatura, a monarquia foi deposta via proclamação da República em novembro de 1889 e o Marechal Deodoro da Fonseca deu início à chamada República Velha, sendo o primeiro presidente da república. Houve uma série de transformações e uma nova Constituição foi elaborada em 1891.

O sistema presidencialista naquele contexto, apesar de contar com o voto, excluía mendigos, mulheres, analfabetos, praças e militares. Outro aspecto que merece nota é o fato do Estado haver se tornado laico, deixando de ser o catolicismo a religião oficial do país, passando a ser a liberdade de culto e credo uma garantia legal, ainda que a realidade fosse diferente.

Em 1930, houve eleição presidencial em meio a uma acirrada disputa entre paulistas e mineiros que se opuseram ao revezamento estabelecido na política do

café com leite. Júlio Prestes figurava como o candidato paulista e Getúlio Vargas, representava os mineiros. O assassinato do vice de Vargas, João Pessoa, tornou-se a justificativa ideal para a oposição levantada contra o presidente Washington Luís. O golpe que derrubou Luís e impediu seu vice, Júlio Prestes, de assumir o governo, tornou Getúlio Vargas o presidente provisório do Brasil por via indireta e nada democrática.

Esse movimento ficou conhecido com a Revolução de 1930 e, em 1934, foi promulgada uma nova Constituição no país, sendo a primeira a garantir os direitos trabalhistas. A defesa dos recursos naturais, instituição do voto secreto e a inclusão das mulheres como eleitoras foram outros destaques dessa nova Constituição.

"Apesar de conceder direitos de natureza democrática, essa mesma constituição mostrava seu lado autoritário ao determinar que as novas leis eleitorais não valessem para escolha do novo presidente. Dessa forma, Getúlio Vargas foi indiretamente eleito por meio da escolha dos membros da Assembléia Constituinte – em sua maioria aliada ao presidente – que estabeleceram um mandato de mais quatro anos." (Fonte: SOUSA, Rainer Gonçalves. "Constituição de 1934"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/constituicao-1934.htm>. Acesso em 01 de maio de 2022)

Em contraste com a perseguição política e a prática de tortura aos opositores, se estabelecia uma série de direitos trabalhistas com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Neste mesmo período foi criada a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Hidroelétrica de São Francisco, chancelando o ideal nacionalista do governo Vargas, e seu anseio em permanecer no poder se transformou na articulação necessária para a criação de um Estado de exceção. As eleições de 1937 foram canceladas e a ditadura varguista se instaurou até outubro de 1945, quando Vargas foi deposto via golpe de Estado e o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente (1945–1951)

Em 1946, temos a formulação de uma nova Constituição de caráter democrático e endosso das liberdades da Constituição de 1934. A nova Constituição apresentava direitos importantes como a garantia legal de igualdade, amplo direito à defesa da pessoa acusada, reestabelecimento das eleições diretas para presidente, governadores, prefeitos e liberdade de manifestação de ideias e fim da censura. No contexto do retorno de Vargas em 1951 via processo eleitoral, João Antônio Goulart

é nomeado por Vargas como seu ministro do trabalho. As propostas de Jango no comando da pasta aumentam os conflitos entre as classes e ele é demitido como resposta de Vargas para apaziguar os ânimos. Em agosto de 1954 Vargas se suicida e apesar da construção de um golpe contra a posse de Juscelino Kubtschek e Jango em 1955, Juscelino é empossado presidente tendo Jango na posição de seu vice. Sua política é marcada pelo desenvolvimentismo (estímulo à industrialização como via de progresso) e, a oposição de antigetulistas e militares, transforma seu discurso conciliador de respeito às regras e à democracia em motivação para a organização de um golpe de Estado, mas seu mandato é cumprido até o fim.

As eleições de 1960 elegeram o presidente Jânio Quadros e João Goulart (Jango) é eleito vice por conta da Constituição de 1946 (que garantia que presidente e vice presidente disputassem a mesma eleição). Em agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia sob a alegação de perseguição política (seu governo conjugava uma política conservadora e, ao mesmo tempo, propunha uma política diplomática com países socialistas).

Em 1961, João Goulart assumiu a presidência da República como o primeiro presidente sob o regime parlamentarista (que substituíria naquele momento o regime presidencial), enfrentando as tentativas de grupos militares e civis de impedimento de sua posse, sob alegação de que seu governo traria instabilidade ao país justamente pelos fortes traços democráticos. Tanto que, delineando uma política de equidade, Jango construiu frentes populares para a discussão das reformas de base e favoreceu a participação da sociedade na formulação de políticas de ampliação de direitos sociais.

As reformas de base e a dinâmica participativa empreendida por ele desagradaram interesses das elites políticas e econômicas, resultando na organização destas e instauração de um regime militar com o apoio estadunidense via golpe de Estado em março de 1964. Assim, dava-se início à ditadura militar e ao exílio de Jango no Uruguai até a data de sua morte (dezembro de 1976).

Com o golpe de 1964 pelos militares, o país volta a ter seus direitos fundamentais suspensos, vigiados e retirados dos cidadãos. O golpe de 1964 se inscreveu em um cenário internacional da guerra fria, polarizado entre o embate ideológico do ideário marxista do socialismo e do ideário liberal do capitalismo. Este



foi o embate central que marcou a resistência ao golpe e fez surgir a luta armada como oposição ao regime militar. Aqueles que se insurgiram contra o regime foram presos, torturados, mortos e exilados.

A repressão ininterrupta a essa resistência, levando à sua aniquilação, exigiu da sociedade brasileira na forma de suas organizações da sociedade civil uma reflexão que fez surgir, nos anos 1980, o movimento das “Diretas Já.” Fruto de uma dinâmica em que convergiram fatores políticos e econômicos internos e externos, o regime foi aos poucos erodido por suas contradições internas e pelo amadurecimento de uma reflexão sobre a democracia como forma política de governo pela sociedade civil. Tal amadurecimento se materializou na Constituinte em 1987 e, por fim, na Constituição de 1988.

Consequentemente, a década de 1980 refletiu todas as alterações sofridas de forma progressiva no cenário político e social em decorrência da abertura democrática, e a Constituição Federal de 1988 passou então a ser um símbolo supremo da democracia brasileira ao transformar os ideais de liberdade e igualdade em leis que vigoram (com algumas alterações) até o atual momento (ano 2022).

## 2.1 CONSERVADORISMO

Historicamente, o termo “conservador” não encontra o consenso necessário entre os historiadores sobre a sua origem, mas há registros de que o primeiro uso da palavra deriva do período da Restauração Francesa ou Restauração de Bourbon<sup>2</sup>(1814 a 1830) em um contexto de oposição à Revolução Francesa e aos valores iluministas. Contudo, no campo da filosofia é atribuída ao sociólogo e teórico político, irlandês Edmund Burke (1729–1797), a organização e teorização do pensamento conservador.

Edmund Burke era contrário aos ideais da Revolução Francesa<sup>3</sup> (1789–1799) e defensor do cristianismo ao mesmo tempo que apoiava o ideal liberal de Adam

---

<sup>2</sup> A Restauração dos Bourbon foi o período da história francesa após a queda de Napoleão em 1814 até a Revolução de Julho de 1830 - <https://aulazen.com/historia/restauracao-francesa-bourbon/>

<sup>3</sup> A Revolução Francesa foi resultado da crise política, econômica e social que a França enfrentou no final do século XVIII. Essa crise marcou o fim da monarquia absolutista que existia na França há séculos e da antiga ordem de privilégios que constituía o Antigo Regime Francês - <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-francesa>

Smith (1723–1790), um economista e filósofo escocês, considerado o pai da economia moderna. Este posicionamento ambíguo é o que descreve Burke como um liberal conservador e defensor da liberdade religiosa na mesma proporção em que se mostrava apoiador do livre comércio, da propriedade privada e da valorização da tradição. Ele acreditava que as transformações deveriam ser lentas, pois qualquer ruptura abrupta com as estruturas vigentes, desprezaria o passado. Burke aceitava que houvesse reformas, mas não via de forma positiva qualquer tipo de revolução. Seu pensamento influenciou muitos outros teóricos, como, por exemplo, o sociólogo norte-americano Robert Nisbet (1913–1996), que dizia que a ideologia conservadora era uma base de poder:

Nisbet interpreta o conservadorismo como uma ideologia política; uma das três ideologias mais influentes dos últimos dois séculos. Apesar daqueles que afirmam que o conservadorismo não poderia ser definido como uma ideologia, por não possuir ideais e princípios bem definidos, Nisbet insiste em defini-lo dessa forma. Para ele, “ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, econômicas, sociais e culturais razoavelmente coerentes, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo de um conjunto de ideias”. (NISBET, 1987, p. 9 apud CASSIMIRO, 2015, p. 62)

Apoiado nos fundamentos de Edmund Burke, o filósofo e político escocês Russell Kirk (1918–1994), faz uso dessa noção de conservadorismo e a explora como sendo um fator psicológico advindo de outros fatores como, por exemplo, morais e culturais, mantendo a percepção de que o conservadorismo é uma característica das ideias de cada indivíduo. Kirk se contrapõe ao pensamento de Nisbet quanto à definição de conservadorismo que, para ele, se classifica mais como um adjetivo ou algo advindo da mente do sujeito:

Talvez seja mais correto, na maior parte do tempo, usar a palavra “conservador” essencialmente como um adjetivo. Não existiria, assim, um modelo conservador, e o conservadorismo é uma negação da ideologia: ele é um estado da mente, um tipo de personalidade, uma forma de olhar para a ordem social. A atitude que chamamos conservadorismo é sustentada por um corpo de sentimentos, e não por um sistema de dogmas ideológicos. Podemos quase dizer que um conservador pode ser definido como uma pessoa que se compreende como tal. O movimento conservador ou o corpo de opiniões conservadoras podem acomodar uma diversidade considerável de visões e de temas; não existe um teste ou um conjunto de artigos que

estabeleça o credo conservador. (KIRK, 1993, p. 28 apud CASSIMIRO, 2015, p.63).

Outros pensadores são relatados apesar da menor expressividade, mas com alguma relevância sobre a discussão do tema. São eles: John Adams, Samuel Coleridge, Benjamin Disraeli, John Newman, Irving Babbitt, Georges Santayana e T. S. Eliot. Todos foram apontados por Kirk como os mais importantes da tradição conservadora iniciada por Edmund Burke, cada um deles com a sua perspectiva.

Condensando essas perspectivas e suas variantes, o nacionalismo é aceito desde que seja razoável. Ou seja, se opõem a qualquer tipo de revolução ou quebra de leis já estabelecidas. Contudo, os conservadores clássicos não se sentem confortáveis com governos que usem de militarismo e autoritarismo como meio de pautar a vida de toda sociedade. Acreditam, portanto, na chamada “Democracia Cristã”<sup>4</sup>.

Na conjuntura da sociedade brasileira, o conservadorismo adota características semelhantes ao molde americano. Nele, a fé religiosa e a crença em um ser supremo superam qualquer autoridade humana. Além de relacionar características como a justiça e a virtude a uma ligação com Deus para além do aspecto político e estar muito mais próximo do reacionário do que do pensamento ortodoxo de Burke. Esses aspectos e os elementos que constituíram a formação da sociedade brasileira, enraizados nas pautas religiosas e com a separação tardia entre Estado e Igreja, podem ter norteado o pensamento conservador que, além de ser nato ao homem, reflete diretamente seus conceitos morais, religiosos e políticos.

Podemos ainda citar a influência filosófica de personagens empenhados em disseminar os ideais conservadores, tal como, Friedrich August von Hayek (1899–1992). Este economista e filósofo austríaco, que se naturalizou britânico e é considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico, contribuiu grandemente na construção do pensamento conservador

---

<sup>4</sup>Democracia Cristã é um movimento político que defende uma democracia baseada nos ensinamentos e princípios cristãos, tais como a liberdade, a solidariedade e a justiça. Surgiu no século XIX, radicando na Doutrina social da Igreja Católica e com influências das confissões protestantes (particularmente Luteranas e Calvinistas), no norte da Europa. Muitos partidos Democratas cristãos são constituídos por católicos e protestantes que coexistem harmoniosamente em vários países. Os primeiros partidos Democratas Cristãos foram fundados por influência católica na Alemanha, na Áustria, na Bélgica e na Suíça. Posteriormente, surgem partidos em países historicamente protestantes, como nos Países Baixos e Suécia. - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia\\_cristã](https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_cristã)

político e religioso brasileiro. Tanto que muitas alas conservadoras se inspiram em suas obras na difusão de ideias conservadoras:

Em 2013, foi lançada no Brasil a tradução de *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, pela Vide Editorial. Hayek é bastante difundido entre os grupos conservadores brasileiros. Há, inclusive, um Instituto Hayek Brasil (CUNHA, 2015, p.12).

É importante ressaltar que, no Brasil, a produção teórica conservadora se baseia não se baseia apenas em autores como o sociólogo Gilberto Freyre ou o jurista Miguel Reale. Há também autores como: José Osvaldo de Meira Penna, João Mellão Neto, Bruno Garschagen, Percival Puggina, Heitor de Paola e Olavo de Carvalho – esse último, mentor do governo Bolsonaro (falecido recentemente em decorrência de uma insuficiência respiratória aguda, em 24 de janeiro de 2022), e referência do pensamento conservador da extrema direita construída pela polarização política dos últimos anos: "Normalidade democrática é a concorrência efetiva, livre, aberta, legal e ordenada de duas ideologias que pretendem representar os melhores interesses da população (CARVALHO, Olavo. 2013 p. 97)"

## 2.2 NEOPENTECOSTALISMO

A inviolabilidade da liberdade de consciência, de crença e de culto constitui a resposta política adequada aos desafios do pluralismo religioso permitindo desarmar o potencial conflituoso entre as várias concepções. Trata-se de um Estado Laico, que não se confunde com um Estado ateu, mas sim um Estado onde se respeitam todos os credos e sua exteriorização. Assim sendo, não há confusão com a Igreja, onde os legitimados são aqueles escolhidos pelo povo, pontuando a importância da democracia.

E é devido a esse princípio da laicidade que outras vertentes religiosas além do catolicismo, encontram abertura para uma representatividade política social como podemos observar através do aumento das igrejas neopentecostais. E entendendo a relevância de caracterizar o que é o Protestantismo e o que é o Pentecostalismo (pelo fato deste trabalho abordar o movimento religioso Neopentecostal), é de suma importância que o nosso leitor saiba que o Protestantismo, é um dos ramos do

Cristianismo e teve o seu início no Século XVI quando, em 1517, Martinho Lutero (1483-1546) publicou noventa e cinco teses contra algumas doutrinas da Igreja Católica, começando assim a Reforma Protestante. Lutero tinha a pretensão de criar um novo olhar sobre o evangelho provocando uma grande transformação entre os cristãos até então, católicos. Os princípios teológicos de Lutero eram principalmente a justificação pela fé e pela Sagrada Escritura, como única autoridade doutrinária. Ou seja, a “salvação” deveria ser justificada pela fé individual em Cristo e não pelas obras dos “sacramentos” ou pela participação comunitária como no catolicismo, substituindo o “sentido comunitário católico pelo individualismo protestante”. (Weber 2005)

A origem do Pentecostalismo de matriz protestante, inserido num contexto mais amplo de “reavivamento” religioso surgiu nos Estados Unidos em 1901 em Topeka (Kansas) onde um grupo de jovens e docentes da escola bíblica Bethel College participava de um retiro espiritual. Eles alegaram receber um tipo de batismo no “Espírito Santo” e começaram a falar em “outras línguas” relatando reações físicas e psíquicas, como êxtase e “visões” que eram atribuídos ao Divino (Campos, Revista Usp, São Paulo 2005).

Surgindo inicialmente sob a liderança do metodista Charles Parham, o movimento teve o seu apogeu em 1906 através do seu discípulo, o pastor William Seymour. Este pastor iniciou uma missão de “reavivamento”, numa pequena igreja localizada no número 312 de Azusa Street, Los Angeles, expandindo e crescendo principalmente entre negros e imigrantes hispânicos pobres discriminados pelas suas igrejas de origem, Metodista e Batista.

Na década de 1960, nos Estados Unidos ocorre novamente um reavivamento religioso no seio do próprio Pentecostalismo, denominado de Neopentecostalismo também conhecido como a “terceira onda”; o Neopentecostalismo rapidamente se expandiu alcançando a América Latina e África. Foi a partir deste movimento religioso que aumentou o número de igrejas evangélicas pelo mundo.

Conforme afirma Ricardo Mariano em sua pesquisa, o movimento neopentecostal chega ao Brasil na década de 1970: “Lá na década de 70, ele designou as dissidências pentecostais das igrejas protestantes, movimento que posteriormente foi nomeado de carismático”. (MARIANO,1999). Em 1977 podemos acompanhar o surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus com sua forma

ousada e agressiva de pregar o evangelho, logo reuniu adeptos de diversas denominações inclusive de membros das igrejas mais convencionais protestantes como a Batista, Luterana, Calvinista, e Católicos.

A Igreja Universal do Reino de Deus foi por assim dizer, a pioneira do neopentecostalismo no Brasil com as características próprias dos pentecostais quanto ao conservadorismo do modo de vivência em sociedade. Ela traz uma novidade, a modernidade do seguimento de Cristo. Os fiéis não são mais obrigados a usar a vestimenta modesta como nas igrejas tradicionais, as mulheres podem ser “vaidosas”, e a teoria da “prosperidade”( quem doa mais, recebe mais) possibilitou a expansão desta Igreja em território nacional inclusive com a compra de uma rede de Tv em 1989, a Rede Record de televisão, e inspirou o surgimento de outras Igrejas com as mesmas características e projeto de evangelização através da mídia, tornando-as as principais igrejas neopentecostais com monopólio midiático e arrastando uma sociedade de massa estas são: Igreja internacional da graça de Deus 1980; Igreja Apostólica Renascer em Cristo 1986; Comunidade Evangélica Sara nossa Terra 1996; Igreja mundial do poder de Deus 1998.

Os primeiros Censos<sup>5</sup> apresentavam pouca expressividade das igrejas pentecostais no Brasil. Entretanto, a chegada dessas Igrejas no país, tem seu registro na década de 1910.

[...] para além das peculiaridades de suas categorizações, atestam que as primeiras igrejas pentecostais a chegarem ao Brasil em 1910–1911, sendo elas a Congregação Cristã do Brasil fundada pelo missionário italiano Louis Francesco, em São Paulo e no Paraná e a Assembleia de Deus, fundada por Gunnar Vingren e Daniel Berg, suecos que se instalaram em Belém do Pará, sendo os três, discípulos de William H. Durham em Chicago. Ricardo Mariano, pautado na classificação de Paul Freston divide o desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil em três ondas [...]. (ROSAS, 2009).

Segundo o censo do IBGE 2010 o número de Evangélicos cresceu em torno de 61,45%, Em termos regionais, o Norte apresenta o maior crescimento relativo do grupo de evangélicos, com 47%; seguido do Centro-Oeste (45%) e do Sudeste (41,3%). O Sul (28,8%) e o Nordeste (22,7%) mantêm a menor relação entre evangélicos e católicos. A Igreja Católica apresentou uma queda histórica de fiéis

---

<sup>5</sup>Censo é o conjunto de dados estatísticos que informa diferentes características dos habitantes de uma cidade, um estado ou uma nação.

desde o último censo em 2000. O IBGE não especifica às motivações dos indivíduos ao aderir uma religião, mas salienta o percentual sobre gênero e escolarização, sobre a escolarização observamos um dado interessante:

Segundo dados do IBGE 31,5% dos espíritas têm nível superior completo, apenas 1,8% das pessoas não têm instrução e 15% têm ensino fundamental incompleto. Outros 1,4% dos espíritas não são alfabetizados. Já os católicos têm 6,8% das pessoas sem instrução e 39,8% com ensino fundamental incompleto. No grupo dos que se declaram sem religião o percentual de pessoas sem instrução é de 6,7% e outros 39,2% têm ensino fundamental incompleto. Entre os evangélicos o percentual chega a 6,2% (sem instrução) e a 42,3% (com ensino fundamental incompleto).

O Censo do ano de 2010 demonstra que ao longo dos anos, houve diversas transformações religiosas ocorridas no Brasil e ele transiciona de um país majoritariamente católico para um expressivo contingente evangélico:

Os evangélicos saltaram de 6,6% em 1980 para 22,2 % da população em 2010. Em termos absolutos, o crescimento parece mais pujante: de 7.886 milhões em 1980, os evangélicos atingem a marca de 42.275 milhões, ou seja, um crescimento perto de 540% nas últimas três décadas (MARIZ e JR, 2013, p. 01)

Se notarmos a aproximação de datas da pesquisa do censo - IBGE, o apogeu neopentecostal no Brasil ocorreu entre as décadas de 1980/1990 (Mariano, 1995) aproximando-se do aumento de pessoas que aderiram à igreja evangélica tanto no ano de 2000 o primeiro censo, quanto este de 2010.

Do mesmo modo Podemos observar o aumento de Igrejas com características neopentecostais em muitas esquinas de diversos bairros em várias regiões do território Nacional e o número crescente de rádios, canais de mídia digital, livrarias, programas em diversas emissoras de tv, um aumento de manifestações culturais como o marcha para Jesus, apresentações e palestras em locais públicos de pastores fundadores das primeiras Igrejas neopentecostais como as mais recentes, o número de vereadores e deputados no congresso nacional denominado como a “bancada evangélica”.

A divisão do movimento pentecostal em três ondas, citada pelo sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Mariano, faz referência ao desenvolvimento do número de igrejas evangélicas e aponta a primeira onda como a *Câmara de Deus*. Sua característica é marcada pela adesão de fiéis com pouca ou nenhuma escolaridade, baixíssimo poder aquisitivo, forte crença na volta de Jesus Cristo e na existência do paraíso (ROSAS, 2009). Esse primeiro momento é representado pela fundação das igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil e ocorreu no período entre os anos 1910 a 1950.

A segunda onda é caracterizada pela *fragmentação denominacional* apresentada pelos norte-americanos Harold Williams e Raymond Boatright. Possui em comum com a primeira onda, o pauperismo e a pouca ou nenhuma escolaridade de seus fiéis. Sua base dogmática se pauta na crença da Cura Divina, ou seja, a crença de que o Senhor Deus curará os sujeitos das mazelas e doenças sofridas (ROSAS, 2009).

Esse momento data do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 e é representado pelo processo de fragmentação em que três grupos denominacionais se destacam em relação a outros grupos menores: Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo e Deus é Amor.

O contexto histórico desse segundo momento da chegada pentecostal é imbricado ao movimento conservador e às ideologias de fundamento religioso com finalidade de poder político. A intensa organização de grupos religiosos de vertente católica, tendo em vista que o Brasil era o país com a maior concentração de católicos entre as Américas, motivados pelo cenário da Guerra Fria<sup>6</sup>, expressou-se em atos de oposição às propostas de governo do presidente João Antônio Goulart - Jango (1961–1964).

Os atos utilizavam como premissa a justificativa de que as mudanças propostas representavam a ideologia comunista. Jango tentava implementar reformas de base que objetivavam alguma justiça social, o que desagradava as classes sociais mais altas, muitos políticos e empresários, pois tais reformas sugeriam, por exemplo, maior controle estatal, reforma agrária, tributária, financeira

---

<sup>6</sup>Conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética que durou 44 anos, teve início em 1947 e evidenciou o antagonismo político dessas duas potências. Resultou na polarização ideopolítica mundial: Comunismo (URRS) e Capitalismo (EUA).



e muitas outras mudanças que naturalmente endossavam o discurso de que esse ideal se baseava em uma ditadura socialista/comunista e deveria ser combatido. As manifestações contrárias às propostas de Jango se tornaram recorrentes e se intitulavam como “marchas” em defesa da família, do cristianismo e de valores conservadores (Marcha da Família com Deus pela Liberdade – março de 1964 a junho de 1964).

Ainda que houvesse uma boa adesão de grupos religiosos conservadores, alguns líderes da Igreja Católica no Brasil evidenciavam a divisão existente entre seus posicionamentos. Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, figura como o responsável por trazer o padre estadunidense Patrick Peyton, conhecido por seu discurso anticomunista, e promover diversos eventos sob o lema “a família que reza unida permanece unida” contra o governo brasileiro. A história relata que o padre Patrick Peyton foi um agente da CIA (*Central Intelligence Agency*) – a Agência nacional de inteligência dos Estados Unidos, responsável pela organização das massas católicas contra o comunismo.

Do lado oposto, temos Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Recife transferido em 1952 para o Rio de Janeiro. Um líder progressista engajado na luta social contra as desigualdades e uma das figuras mais importantes na luta contra o regime militar – um período marcado por grande repressão, violência e arbitrariedades contra seus opositores, que se inicia em 01 de abril de 1964 e se estende até 1985, ano em que se inicia a abertura democrática.

A terceira onda resulta da dissidência de pentecostais das igrejas protestantes norte-americanas que chegam ao Brasil na década de 1970 e 1980, tais como: Igreja Universal Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. Sua base teológica, a chamada *teologia da prosperidade*, condiciona seus adeptos à crença de que a fidelidade a Deus e algumas práticas, que seriam a demonstração dessa fé e sujeição à vontade divina, resultam em prosperidade sob diversos aspectos, sobretudo, o financeiro.

O Neopentecostalismo deriva dessa teologia, mas difere nos costumes e se materializa na figura de líderes carismáticos que abusam dos recursos de comunicação em massa (rádio, televisão e, atualmente, as mídias de internet), pregam a abundância financeira como um reflexo da fé de seus fiéis e têm uma postura um pouco mais liberal em relação aos pentecostais. Os representantes mais

notórios desse movimento são o pastor Silas Malafaia, líder da denominação Assembleia de Deus em Cristo, e o intitulado bispo, pastor Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Ambos atuam ativamente no cenário político, utilizando seus templos como verdadeiros currais eleitorais, influenciando as escolhas políticas de seus fiéis sob a bandeira de que os interesses da “igreja” devem ser representados.

Desta forma, alinham-se ideologicamente à políticos com discursos mais conservadores, agenda neoliberal e postura moralizadora. O que, na prática, significa que uma série de pautas como o aborto e a descriminalização das drogas, por exemplo, sejam discutidas afastando o debate científico. Reduz-se, assim, qualquer discussão às crenças limitantes e que representam às visões de um grupo em detrimento de toda uma sociedade. Cabe destacar que há, ao menos, 14 denominações neopentecostais representadas politicamente por parlamentares. A mais conhecida delas é a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), que no meado da década de 1990 teve o número de 17 deputados federais compondo a “bancada evangélica” que possuía 44 deputados no total<sup>7</sup>.

Abaixo, o gráfico que nos mostra o processo evolutivo da fé de vertente evangélica/protestante no Brasil:

---

<sup>7</sup>A Igreja Universal do Reino de Deus conseguiu eleger nas eleições de 1994 os seguintes deputados federais por São Paulo: Paulo De Velasco (PSD) e Wagner Amaral Salustiano (PPR); Pelo Rio de Janeiro: Aldir Cabral (PFL), Odenir Laprovita (PP), Jorge Wilson (PMDB) e pela Bahia: Luiz Moreira (PFL). Elegeu também os deputados estaduais no Rio de Janeiro: Eraldo Macedo (PMDB), Jorge Nascimento, (PDT) e Magali Machado (PFL). Em São Paulo: Edna Macedo (PPR), Márcio Araújo (PPR) e na Bahia: Zelinda Novaes. Essas vitórias eleitorais se deram exatamente na ordem e proporcionalmente aos lugares onde a IURD tem uma maior quantidade de templos, o que permitiu o cálculo racional dos votos e eleitores. Sobre as expectativas da Igreja e de cada um desses eleitos para o mandato que então se iniciava (cf. Folha Universal de 22.1.95 e 19.2.95).

Imagem 1 — Transição religiosa no Brasil



Fonte: IBGE de 1940 a 2010 projeções para 2022 a 2032.

As projeções feitas pelo IBGE (vide gráfico 1) sobre a crescente participação política dos evangélicos/protestantes de diversas vertentes na tomada decisões da administração pública, reafirmam a tendência (com base nos dados do Censo) dos protestantes terem mais poder político concentrado no núcleo ideológico e nos possibilitam verificar a evolução anual tanto do segmento religioso evangélico quanto do segmento religioso católico. O ponto de inflexão para as religiões de caráter evangélicas/protestantes se dá nos anos 2000 em que se observa o constante crescimento dessa religião no Brasil e, ao mesmo tempo, esse crescimento apresenta um declínio na religião católica, reverberando a tendência à migração para o universo evangélico/protestante e o destaque do Brasil no cenário latino-americano como um dos países que mais elegem evangélicos/protestantes em todas as esferas políticas:

[...] nas últimas décadas o país tem se destacado entre as sociedades latino-americanas pela importância crescente da ação direta de religiosos e membros de comunidades pentecostais na arena política. Com grande capacidade de mobilização popular, as igrejas conseguem eleger representantes não só para as Casas Legislativas municipais e estaduais,

como também para o Congresso Nacional, onde atualmente ocupam 12% das cadeiras da Câmara Federal e integram a Frente Parlamentar Evangélica (MACHADO, 2012 apud BURITY e MACHADO, 204, p. 601).

Essa inserção dos neopentecostais nas estruturas do poder legislativo, repercute na tendência de desconstrução dos valores liberais e progressistas no Brasil como consequência da interferência desses grupos religiosos no pluralismo cultural e político da sociedade com seus costumes morais e ortodoxos.

Segundo o sociólogo Ricardo Mariano, o panorama ao longo da escalada dos evangélicos na conjectura política atual representa o avanço de uma ideologia tradicionalista com vistas à defesa de interesses próprios:

O ativismo pentecostal na política partidária, por sua vez, tornou-se um elemento constitutivo da democracia brasileira nas últimas três décadas. A cada eleição, seus líderes pastorais, com raras exceções, procuram transformar seus rebanhos religiosos em rebanhos eleitorais, visando ampliar seu poder político, defender valores cristãos tradicionalistas e seus interesses institucionais na esfera pública stricto sensu. Tratam, portanto, de instrumentalizar a política partidária, justificando o ativismo político como recurso para defender suas bandeiras religiosas e corporativas. Por consequência, a cada eleição, esses religiosos se veem mais e mais instrumentalizados eleitoralmente por partidos e candidatos de todas as colorações ideológicas. Suas miríades de templos e pequenas congregações passaram a integrar o cenário urbano das cidades brasileiras, sobretudo de suas periferias. (MARIANO, 2010, p. 5- 6).

Ricardo Mariano salienta ainda que outro reflexo dessa interferência é o declínio da diversidade religiosa. Em destaque, o catolicismo e as religiões de matrizes africanas como a Umbanda, conforme citação do autor *in verbis*:

[...] Ao longo dos últimos cem anos, a expansão pentecostal no país contribuiu para transformar o campo religioso brasileiro, para consolidar o pluralismo religioso e para constituir um mercado religioso competitivo no país. [...] O avanço pentecostal no Brasil contribuiu para intensificar o declínio numérico da Igreja Católica e da Umbanda e para “pentecostalizar” parte do protestantismo histórico e do próprio catolicismo. [...]. (MARIANO, 2010, p. 5).

Conjugando o crescimento dos evangélicos neopentecostais ao restabelecimento do estado democrático de direito em meados da década de 1980, que culminou no advento das liberdades e garantias individuais dos cidadãos e

permitiu de forma singular, a livre expressão religiosa assegurada em nossa carta republicana de 1988, a nova ordem constitucional assegurou aos brasileiros a liberdade de culto, o que consolidou um cenário propício para a disseminação das novas vertentes. Desse modo, criou-se um estreitamento entre o Estado e o segmento neopentecostal (apesar desse estreitamento já ter sido iniciado desde o período da ditadura militar, uma vez que a igreja católica e os governos militares tiveram divergências de pensamentos), provocando um progressivo distanciamento e afastamento da igreja católica do poder político nacional.

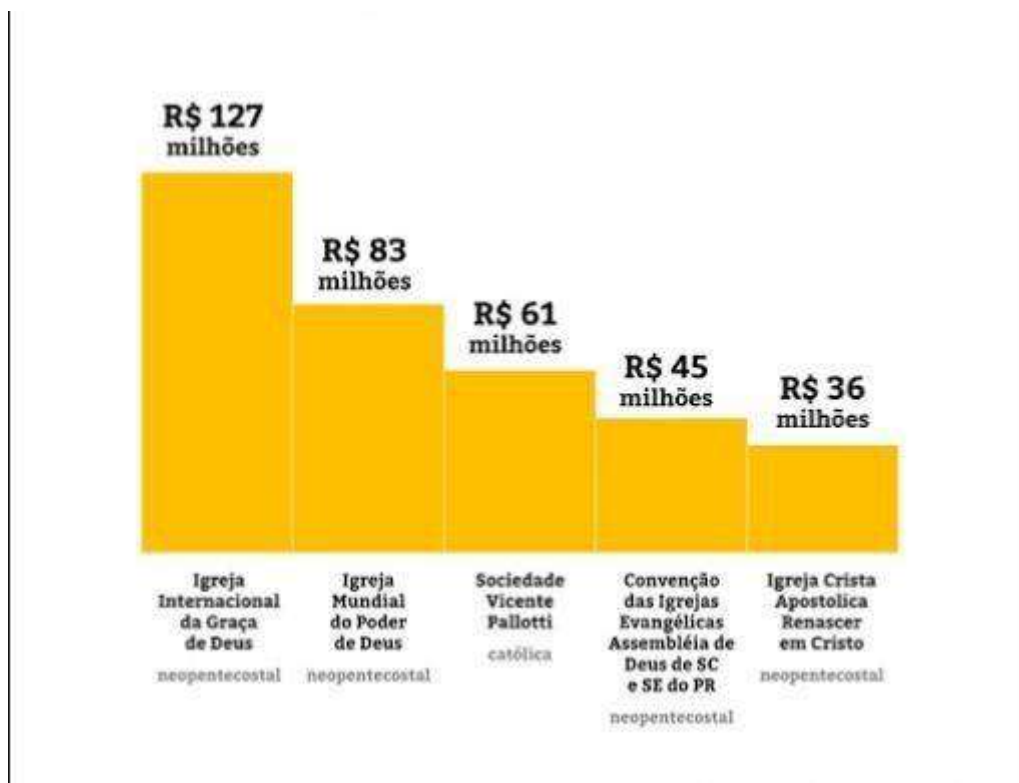
No cenário atual, é possível perceber semelhanças entre a sinergia utilizada pela igreja católica para estar nas estruturas de poder e influenciar nas decisões de cunho político e social e as táticas utilizadas pelos neopentecostais. O que há de diferente entre aquele período e este, é que o movimento neopentecostal atua elegendo seus representantes e participando como protagonista no cenário político ao mesmo tempo em que fundamenta sua base ideológica, enquanto a Igreja católica atuava na movimentação das massas através do discurso religioso e se mantendo próxima de personagens políticos. Essa força extrapola a esfera religiosa e fere o pluralismo com suas crenças e limitações, visando legalizar preconceitos e desconsiderar a diversidade de um povo. A intolerância religiosa, o desprezo aos avanços científicos e às questões de gênero têm sido pautas recorrentes na agenda política evangélica, conforme descrito abaixo:

No processo de articular a defesa dos chamados valores tradicionais da família e da moralidade, no contexto da defesa da liberdade de consciência e de expressão, os pentecostais vêm se esforçando, contudo, para construir articulações ora estratégicas, ora táticas, exibindo assim as características de uma forma hegemônica de fazer política. As intervenções de alguns entrevistados revelam o esforço para “desconstruir” as bases de sustentação do movimento anti-homofobia e desqualificar o argumento de que se trata de intolerância religiosa, discriminação ou puro veto conservador dos legisladores evangélicos. (BURITY e MACHADO, 2014, p. 617)

No entrelaçamento entre Estado e religião não transparece somente a capacidade de lobby das igrejas neopentecostais nas estruturas de poder. Ele revela também os privilégios conquistados através desta relação. O que de forma alguma

exime as igrejas evangélicas de serem grandes devedoras de tributos, apesar das muitas isenções garantidas pela Constituição Federal, como mostra o gráfico:

Imagem 2 — Entidades Religiosas com Maiores dívidas na Receita



Fonte: Ministério da Economia/ Lei de Acesso à Informação (2019).

Nota-se que, mesmo possuindo dívidas tributárias consideráveis com a Fazenda Pública, as igrejas neopentecostais não sofrem autuações e essa aparente benevolência do Estado existe por conta do poder de persuasão das igrejas protestantes sobre as massas, que frequentemente é captada pelo jogo político no fortalecimento de interesses. Um exemplo desse poder é refletido na agenda dos candidatos políticos em período pré e pós eleitoral:

A presença do Presidente da República transformou uma celebração ordinária em um momento marcante. Bolsonaro foi chamado ao palco. Ajoelhado, recebeu uma unção do bispo Macedo, que pediu em oração que deus provesse ao político a força, a sabedoria e a coragem necessárias para mudar o caminho da nação. Ao fim, o capitão do exército limpou rapidamente lágrimas de seus olhos antes de se levantar e encarar os fiéis, que aplaudiam efusivamente. Todos esses momentos foram registrados por

uma equipe da Rede Record, emissora de televisão cujo proprietário é Edir Macedo. Na noite do mesmo dia, uma reportagem com cerca de 9 minutos foi ao ar no programa Domingo Espetacular<sup>8</sup>. Nos momentos finais da matéria, foi mostrada uma entrevista com o líder da Universal. Nela, Macedo afirmou: “Estamos apostando todas as fichas no presidente Bolsonaro. Tudo! Porque nos cremos que ele foi um escolhido de deus para fazer o país mudar” (DE PAULA, 2021).

---

<sup>8</sup>Domingo Espetacular é uma revista eletrônica dominical brasileira produzida e exibida pela RecordTV desde 18 de abril de 2004 - (Fonte [https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingo\\_Espetacular](https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingo_Espetacular) - Acesso em 01/05/2022)

### 3 O GOLPE MILITAR DE 1964

O golpe militar de 1964 no Brasil, teve sua articulação iniciada pouco antes da data em que o regime militar se instaurou. O cenário fértil para que isso ocorresse foi a crise institucional no início dos anos 1960. Tanto que, o governo do presidente João Antônio Goulart (Jango), não alcançou o mesmo êxito que os seus antecessores (Presidente Getúlio Vargas e Presidente Juscelino Kubitschek) no que se refere ao crescimento econômico industrial e todo o progresso e modernização advindos da política realizada por eles. A motivação raiz, para além da crise, era seu sistema de governo voltado para a justiça social e a democracia. A fragilidade de seu governo foi, então, traduzida em uma série de manifestações de oposição e grande instabilidade econômica, segundo Delgado (2009, p. 126):

[...] Jango amalgamou ao trabalhismo varguista real preocupação com um reformismo social amplo e transformador da realidade às condições excepcionais que predominaram durante todo o seu mandato presidencial. Sua posse aconteceu em um contexto de crise, deflagrada pela ação de seus adversários políticos. Sob a égide da crise, governou por três anos. A princípio, sob a vigência de um sistema de governo parlamentarista que limitava seus poderes. Em seguida, recuperada sua plena capacidade governamental, em um sistema de governo presidencialista, em um contexto, contudo, marcado por inegável polarização política, nacional e internacional.

Instaurado o regime militar, o autoritarismo e a arbitrariedade se tornaram práticas comuns e os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros foram suspensos. Em destaque, temos o ato institucional nº 5 (AI-5), o quinto de 17 decretos elaborados pela ditadura militar que dava plenos poderes ao presidente da república e permitia a cassação de mandatos políticos, repressão violenta e a suspensão dos pedidos de *habeas corpus* (em casos de crimes políticos). Diante de tantas violações e, sob a orientação do Vaticano sendo contrária às atitudes dos militares, gradativamente a Igreja Católica foi se distanciando do governo militar.

As orientações emitidas pela Igreja Romana resultam do Segundo Concílio do Vaticano, ocorrido entre 1962 e 1965, momento em que o líder supremo da religião era o Papa João 23. Essas resoluções aconselhavam a aproximação da Igreja com as classes populares, a promoção de justiça social e a atuação da Igreja na defesa



dos direitos humanos. Tal recomendação não impediu a participação e o apoio de alguns líderes católicos no Brasil ao regime militar (Dom Jaime Câmara foi um desses líderes), como pudemos ver no capítulo anterior, sob a chancela de “luta contra as forças comunistas” e que apresenta a Igreja Católica como uma aliada do Regime Militar (Padre Patrick Peyton, infiltrado em países da América Latina pela CIA (*Central Intelligence Agency*)).

A ruptura de forma gradual da Igreja Católica com o regime militar abria espaço para o protagonismo dos evangélicos no apoio aos militares. As igrejas evangélicas viram nesse regime a possibilidade de construir seu ideal societário, uma vez que os princípios do regime militar se pautavam na “fé em Deus, amor à pátria e luta heroica contra o comunismo”.

A Igreja Universal em particular, inicia a expansão do seu território dando preferência a bairros periféricos e, nesse cenário, observamos a construção da inserção política de religiosos.

Segundo apuração da Agência Pública, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as eleições 2020 registraram um recorde de candidatos que declararam como principal ocupação “sacerdotes, membros de ordem ou de seita religiosas”. São 885 ao todo, o maior número nessa categoria em eleições municipais desde 2008. Além dos candidatos que declararam que sua principal ocupação é ser membro de grupo religioso, mais de 8,7 mil candidatos utilizam nomes ligados a religião, como pastor, pastora, padre, missionário e apóstolo, dentre outros, segundo levantamento do G1. A maior parte desses candidatos, contudo, declararam outras ocupações, como dona de casa e empresário, conforme demonstra o Gráfico 3 na seção de anexos (FONSECA ; CORREIA; FERNANDES, 2020)

Os neopentecostais têm uma representatividade considerável no Congresso com o total de 205 deputados federais que dão subsídios aos vereadores locais, para construção de projetos cada vez mais conservadores.

Imagem 3 — Câmara dos deputados



*Fonte: Câmara dos Deputados*

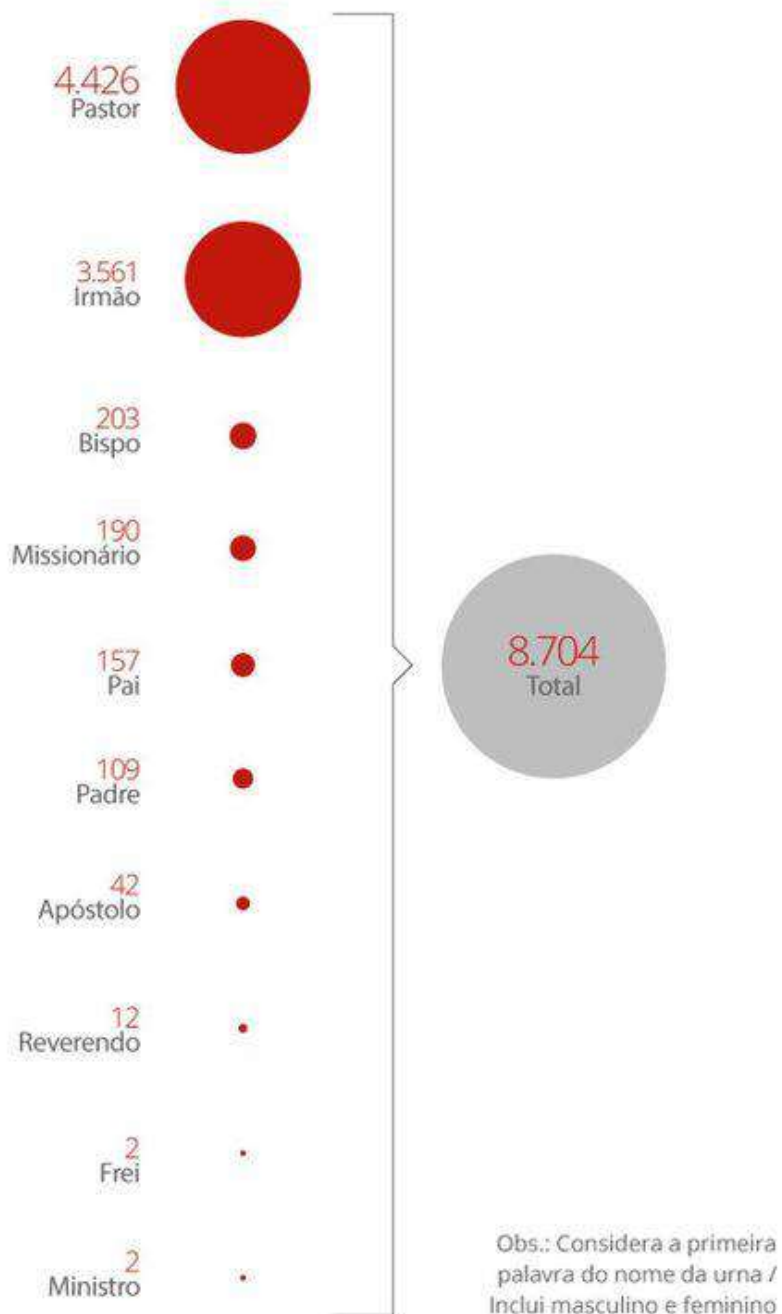
Fonte: Câmara dos Deputados

Outro dado importante também levantado pelo TSE, é de que quase 9 mil candidatos utilizam nomes ligados à religião em todo o Brasil e, dos 615 candidatos associados à atividades religiosas em 2008, apenas 68 eram mulheres. Em 2020, dos 885 candidatos com o mesmo tipo de registro (associado à religião), apenas 191 eram mulheres.

Imagem 4 — Candidatos aliados à religião

## Candidatos religiosos

Mais de 8 mil usam nomes ligados a religiões nas eleições 2020



Fontes: Levantamento do G1 com base nos dados do TSE

Fonte: Levantamento do G1 com base nos dados do TSE -

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/01/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml>

Nossa análise sobre o que motiva líderes religiosos no cenário político a participarem ativamente do jogo de poder que a política proporciona, é a de que esses personagens simulam suas perspectivas através da ótica de moralidade cristã e dos valores familiares como necessários a toda a sociedade, mas, na prática, o que vemos é um processo retrógrado aos moldes do Neoliberalismo em que a importância do Estado se retira em determinadas questões (especialmente as econômicas, como privatizações e venda de estatais) e se torna presente em outras, sob o papel de censor, como em debates relacionados ao aborto — enquanto questão de direito reprodutivo da mulher — e a descriminalização da maconha, por exemplo.

### **3.1 DA ABERTURA DEMOCRÁTICA À CONSTITUIÇÃO DE 1988**

No final da década de 1980, o Brasil encontrava-se em pleno caos econômico e político e transicionava sua saída do governo militar em 1984 que durou 21 anos para o período de abertura democrática. Com a construção de uma Constituição Cidadã voltada aos interesses civis e sociais, mesclava conservadorismo com modernização.

Isso ocorria porque, depois de o país passar 21 anos de governo militar autoritário em que o Legislativo (Congresso) e Judiciário continuaram a funcionar mas de maneira vigiada, eleições não-populares alternavam militares no governo permitindo, apesar do autoritarismo, alguns tipos procedimentos que são próprios da democracia, ainda que de forma híbrida, indireta, controlada.

Apesar de sua peculiaridade, de uma ditadura que manteve eleições e criou políticas sociais, a partir da década de 1970, o processo de erodição do regime teve causas tanto políticas quanto econômicas. O país enfrentava alta inflação, aumento da dívida interna/externa e o regime encontrava dificuldades para se sustentar no poder pela ineficiência das políticas adotadas. Gradualmente, a redemocratização no Brasil acontecia e, em 1985, houve eleições indiretas por um Colegiado Eleitoral.

Mesmo de forma indireta, havia o apoio popular a Tancredo Neves como presidente. Entretanto, por questões de saúde que culminaram em sua morte, a presidência do país foi assumida por seu vice, José Sarney.

O período é historicamente conhecido como Nova República e foi um momento econômico de grande instabilidade, alta inflação, desemprego e diversas greves. Contudo, em 1985 o presidente José Sarney convocou a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em que 559 parlamentares participaram de debates importantes (72 senadores e 487 deputados federais) juntamente com a sociedade civil que, através de formulários disponíveis nas agências dos correios, poderia enviar suas sugestões para a nova Constituição.

Dentre os parlamentares, deputados que recebiam apoio de denominações neopentecostais, assumiram posições no Congresso. Esse fato pode ser considerado como o período gestacional do que hoje conhecemos por bancada evangélica e, em um cenário de grandes mudanças na história do país, esse grupo optou e participou das discussões sobre a Constituinte. O que não nos surpreende é que suas posições altamente conservadoras também estiveram presentes no debate que durou aproximadamente 20 meses:

Esse dado, referente aos deputados neopentecostais na Constituinte, permite duas conclusões: a primeira é que parlamentares mais novos e sem experiência na vida pública em Brasília encontraram receptividade, e, sobretudo, possibilidade de entrada, na Subcomissão do Menor e da Família. Certamente, caso buscassem espaços mais tradicionais e concorridos no meio político (as comissões de Orçamento ou de Organização do Estado, por exemplo), enfrentariam dificuldades maiores e/ou não teriam êxito. Já a segunda conclusão reafirma uma situação que interpretamos para a Igreja Católica: a organização jurídica da família e o cuidado social com os filhos é central para as moralidades cristãs e para os próprios discursos das diferentes denominações religiosas (WOHNRATH, 2017a, b)

Segundo Arduini e Wohnrath (2017), parte dos parlamentares neopentecostais eram líderes religiosos:

Além do mais, quanto à filiação religiosa desses parlamentares, com destaque para a grande presença de deputados neopentecostais, salientamos que parte deles acumulava atividades de direção em suas igrejas. Eram bispos ou pastores – padrão de inserção política mantida nas décadas posteriores.

Em seu trabalho sobre religião, política e direitos na contemporaneidade, Arduini e Wohnrath (2017) apresentam a relação dos parlamentares neopentecostais e religiosos de outras vertentes e denominações, envolvidos nos debates da nova Constituinte:

Encontramos a seguinte composição política na Subcomissão examinada: deputados constituintes Antônio Salim Curiati, Caio Pompeo de Toledo, Cássio Cunha Lima, Ervin Bonkoski, Iberê Ferreira, Maria Lúcia, Rita Camata e Vinght Rosado (conservadores politicamente, mas sem ligações explícitas com igrejas evangélicas); e deputados constituintes Eliel Rodrigues, João de Deus, Mateus Iensen, Roberto Augusto, Sotero Cunha, Eraldo Tinoco, Eunice Michiles e Nelson Aguiar (conservadores politicamente, articulando ligações com as igrejas Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, Adventista ou Batista) (RODRIGUES, 1987; WOHNATH, 2017b).

Arduini e Wohnrath (2017) destacam também o compromisso desses parlamentares com a pauta religiosa a que estavam atrelados:

Importante saber que os princípios constitucionais referentes à organização legal da família, posteriormente absorvidos pela legislação infraconstitucional (estatutos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente; códigos, como o Código Civil de 2002; etc.), criticados pela doutrina jurídica e apropriados pela jurisprudência dos tribunais foram debatidos e, em parte elaborados, pelas mãos de expositores externos e parlamentares com alto grau de comprometimento com igrejas cristãs, sobretudo com a Igreja Católica. Esta é uma conclusão central em nosso trabalho. O interesse institucional pelos assuntos morais, quando associado à capacidade reconhecida para além do campo religioso para discursar sobre esses assuntos, em dado momento histórico vivenciado pelo País, permitiu que diferentes grupos religiosos, bastante centrados em políticos e experts comprometidos com os católicos, quando não os próprios religiosos da CNBB (os casos de D. Luciano Mendes de Almeida e da freira Maria do Rosário Cintra são exemplares), disputassem a transcrição das práticas socialmente prescritas pelas instituições cristãs para seus fiéis no ordenamento jurídico, sendo este ordenamento obrigatório para toda a sociedade, uma manifestação de prerrogativa do Estado. Com isso, de certo modo, sob a aparente e suposta neutralidade da legislação, parte de suas propostas passaram a ter vigência universal.

Outro personagem importante nesse contexto histórico é o, então, senador Itamar Augusto Cautiero Franco, um dos políticos que defendiam o retorno da democracia ao país.

Em 1989, temos a primeira eleição direta e a disputa entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo, elege Collor em segundo turno. Esse resultado foi fruto de uma boa campanha de marketing que apresentava Collor como um político jovem e moderno, mas que também teve o apoio dos evangélicos:

"para convencer os eleitores crentes a votar em Fernando Collor, as lideranças pentecostais usaram o argumento da ameaça: votar no Partido dos Trabalhadores (PT) seria o mesmo que entregar o futuro de suas igrejas a uma tenebrosa aliança católico-comunista." (MARIANO e PIERUCCI,1992, p.01)

A fim de tornar notória a participação de personagens do meio religioso no interior da política brasileira, cabe-nos citar que uma parcela de lideranças evangélicas apoiava Lula na disputa eleitoral. Dentre essas lideranças, é evidente a participação de um personagem muito ativo nos meios de comunicação e que, constantemente conclama seus fiéis a votarem em seus candidatos, o Pastor Silas Malafaia:

Foi no dia 9 de dezembro durante um almoço na churrascaria Rodeio, em Nova Iguaçu, que evangélicos de diferentes denominações participaram de um suculento churrasco num encontro com os líderes dos dois maiores partidos políticos de oposição à direita reacionária do País: Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva. [Nesta ocasião, o pastor Silas Malafaia] criticou aqueles que usavam de boatos de que Lula era marxista e iria acabar com as igrejas. (O Alerta, jan. 1990)

Collor não foi um exemplo de respeito à democracia: atacava o Congresso, adversários e realizou o confisco da poupança – uma medida traumática impressa na história do Brasil. Seu governo foi marcado por escândalos de corrupção e, em 1992, foi derrubado por um impeachment, sendo precedido pelo seu vice, Itamar Franco, um engenheiro, militar e político brasileiro.

#### **4 OS RUMOS DA DEMOCRACIA: DE FHC A BOLSONARO E O AVANÇO DAS FORÇAS EVANGÉLICAS CONSERVADORAS NO CAMPO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Da tentativa de retorno do regime democrático que se iniciou com a eleição de Tancredo Neves até o governo Michel Temer, a despeito do retrocesso que se verá a partir deste último, os valores democráticos foram se consolidando no país e a democracia como forma de governo, assim como os direitos de cidadania próprios da democracia vão ganhando espaço nos debates, seja nos partidos, nos meios acadêmicos, bem como na sociedade civil de modo geral.

O pluralismo de ideias, consequência da vida em democracia, trouxe para o campo social novas pautas, como um formato novo de família, as questões raciais, e os direitos em termos de gênero, a exemplo dos direitos da comunidade LGBTQIA+. Tais pautas iriam se chocar com os valores de grupos evangélicos conservadores para os quais só é admissível o modelo de família tradicional heterossexual e a existência dos dois gêneros masculino e feminino como únicos a serem constitutivos do modelo de sociedade aceito por esses grupos.

Foi na esfera desse embate, entre dois modelos de sociedade, que se viu se organizarem grupos de extrema direita que se amalgamaram em torno da candidatura de Jair Bolsonaro. Esse contexto iniciou, no âmbito da trajetória democrática que vinha se desenhando no Brasil desde 1988, uma luta no campo das ideias entre os valores democráticos e os valores autoritários com a apologia do período ditatorial brasileiro.

O viés religioso que se consolida em nosso histórico conservador demonstra, no desenvolvimento democrático do Brasil, que os partidos de direita ocuparam o poder por mais tempo na condução do jogo político do que os partidos de esquerda. Possivelmente porque o senso comum foi inspirado a associar a ideologia defendida pelos partidos de esquerda — que estão em consonância com as pautas humanitárias — ao Comunismo, exatamente o mesmo tipo de regime que é, para os conservadores e religiosos, o avesso da moralidade e dos valores cristãos e que foi o pano de fundo para o avanço do Golpe Militar de 1964.

Até que vencesse sua primeira eleição presidencial em 2002, Lula precisou adotar um tom mais moderado, remodelar sua imagem (no sentido visual) e



amenizar seus discursos. por teoricamente estar alinhado ao "comunismo". Segundo Mariano e Pierucci (1992), o medo do regime comunista se tornar real via governo do PT, na disputa entre Lula e Collor em 1989, foi decisivo em relação aos votos dos evangélicos em Collor:

O mais anacrônico nisso tudo é que o medo do comunismo que os crentes verbalizaram em 1989 aludia à certeza de uma perseguição religiosa que começaria a se concretizar pela anulação, ou pelo descumprimento, do direito constitucional que assegura a liberdade de religião. As medidas de política econômica e as políticas sociais usualmente associadas à implantação de um regime comunista ficavam, na maioria das vezes, relegadas a um segundo plano, ou eram formuladas de maneira muito vaga e fragmentária, tidas de todo modo como de pouca relevância frente à questão que mais atemoriza as minorias religiosas, a saber, a perda da liberdade de culto.

Anterior à "Era Lula", tivemos o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995—2003), ou FHC. Sua chegada à presidência foi endossada pela continuidade do Plano Real — um plano econômico de estabilização da economia brasileira, iniciado durante o governo do presidente Itamar Franco enquanto FHC era seu ministro da Fazenda responsável por reunir a equipe econômica que construiu o plano.

Como presidente, seu governo foi marcado por políticas neoliberais que aprofundaram as desigualdades sociais e, ao final de seu segundo mandato, o país se encontrava em uma profunda crise econômica sob um alto índice de desemprego, alta inflação, aumento exponencial do endividamento do país com o FMI (Fundo Monetário Internacional), aumento da fome e da miséria.

Essa conjuntura fortaleceu as pautas de Luiz Inácio Lula da Silva que, aliadas à mudança de sua imagem e o investimento em um plano de marketing além da cuidadosa composição de seu governo, acenavam para seu compromisso com a economia ao demonstrar que Henrique Meirelles, um ex-banqueiro internacional, era sua opção para a presidência do Banco Central. Lula, então, consegue se eleger em segundo turno e se torna presidente do Brasil pela primeira vez (2003—2007).

A primeira metade de seu mandato é marcada por diversos escândalos de corrupção e o fortalecimento da direita que, com o apoio da mídia, intensificava as

notícias de corrupção do PT (Partido dos Trabalhadores) para que o governo de Lula não tivesse chances de se reeleger. Ainda assim, Lula se reelegeu.

A corrupção associada ao governo de Lula não foi capaz de afetar seu prestígio. Ao contrário disso, sua bandeira de luta contra a fome o projetou internacionalmente e fortaleceu as relações diplomáticas do Brasil com diversos países. Lula chegou ao fim de seu mandato com 90% de aprovação.

Dilma Rousseff (ex-ministra da Casa Civil e de Minas e Energia durante o governo do PT) é apresentada como sua sucessora na candidatura à presidência e, mais uma vez, o adversário político que leva as eleições para o segundo turno é o candidato do PSDB, José Serra. Dilma consegue se eleger no segundo turno como a primeira mulher presidente do país e, o personagem político escolhido para atuar como seu vice presidente, foi Michel Temer.

O governo de Dilma Rousseff (2011—2016) se inicia em um período marcado pelos efeitos de uma recente crise econômica mundial (2008) que atinge o Brasil, mas tem seus impactos minimizados por investimentos em programas de infraestrutura e redução das taxas de juros visando a facilitação ao crédito para empresas e pessoas físicas, além de alianças comerciais com países da América Latina e a China. Entretanto, a crise política e a falta de apoio do Congresso Nacional às pautas que Dilma precisava aprovar, somadas à sua baixa popularidade entre seus pares políticos, impediu a construção de alianças e enfraqueceu gradativamente sua governabilidade.

Uma crise econômica e os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás em desvios e lavagem de dinheiro em 2014, em meio à sua tentativa de se reeleger, foram determinantes para o processo que iria se desenvolver logo após sua vitória em uma disputa difícil contra o candidato do PSDB, Aécio Neves.

As investigações iniciadas pela Polícia Federal em 2014 sobre a Petrobrás, culminaram na criação da operação “Lava Jato” e diversos acontecimentos negativos permeavam o governo de Dilma: manifestações populares, agravamento da crise econômica com o índice do PIB<sup>9</sup> (Produto Interno Bruto) de 2015 negativo em -3,8%, desemprego e aumento da inflação. Tais circunstâncias pavimentavam a

---

<sup>9</sup>O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas (Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>)

justificativa para o início de um processo de impeachment, iniciado em dezembro de 2015, com a aceitação do pedido pelo, então, presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Consentino da Cunha — membro da chamada “bancada evangélica” na Câmara.

Sob os governos do PT, tanto Lula quanto Dilma abriram espaço para a bancada evangélica — segundo o sociólogo Dr. Ricardo Mariano, salienta em uma entrevista para o jornal El País - Brasil, em 2016:

É importante deixar claro que os governos de esquerda, de Lula e Dilma, fizeram muitos acenos a esse segmento. Eles prometiam aos evangélicos o aumento das parcerias do Estado com as igrejas em troca de apoio parlamentar e votos. A ocupação evangélica de espaços na implementação de políticas públicas é recente. A esquerda abriu muito esse espaço e legitimou essa participação, principalmente na área da Saúde que trabalha com recuperação de usuários de drogas. Vale lembrar que essas parcerias já existiam com as igrejas católicas.

A partir da aceitação do pedido, uma comissão especial formada por parlamentares da Câmara dos Deputados foi criada para decidir a admissibilidade do processo encaminhado ao Senado Federal e aprovou o relatório de impeachment com 367 votos favoráveis. Esse momento ficou registrado na história pelo comportamento de diversos deputados ao justificarem seus votos. A grande maioria utilizou “Deus”, “a família”, os valores “morais e cristãos” e a luta contra a corrupção, porém o discurso do deputado Jair Messias Bolsonaro chamou a atenção por exaltar a figura de um torturador e Deus, ao mesmo tempo:

"Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim" – foi o trecho final do discurso de Bolsonaro, em meio a vaias e aplausos. (BARBA e WENTZEL, 2016)

O Senado também aprovou o impedimento de Dilma por maioria e, em maio de 2016, a abertura do processo se iniciou com o afastamento de Dilma por 180 dias até o julgamento final pelo Senado em agosto de 2016. Desde o afastamento de Dilma das funções de presidente da República, Michel Temer assumiu a posição de presidente interino. O processo seguiu seu curso no Senado Federal e, entre 29 e 31 de agosto de 2016, houve a defesa de Dilma e os discursos dos Senadores. O

resultado foi sua destituição do cargo e o empossamento de seu vice, Michel Temer, como presidente do Brasil.

Foi nesse contexto de crise, com denúncias de corrupção das gestões do Partido dos Trabalhadores, que surgiu na cena política nacional o, então, juiz Sérgio Moro, que se tornou o símbolo de luta contra a corrupção. Contudo, algumas de suas decisões jurídicas estiveram sob forte questionamento, como a condução coercitiva do ex-presidente Lula para depor e o vazamento de informações sobre o processo para a mídia. Esse cenário redesenhou uma aversão por parte da sociedade à esquerda e, ao mesmo tempo, fortaleceu a organização de políticos e personalidades envolvidas com a política que abusavam de ideias extremamente conservadoras e, sobretudo, religiosas.

Michel Temer assumiu definitivamente o comando do país em meio ao processo de fortalecimento das ações da Lava Jato — operação comandada pelo juiz midiático, Sérgio Moro. As pautas de Temer mostram seu viés conservador e, seu discurso de posse, sua proximidade com os religiosos:

"Portanto, quando você é religioso você está fazendo uma religião. O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religião de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país". (UOL, 2016)

A política de Temer é uma política austera, de retiradas de direitos (inclusive os trabalhistas), privatizações e movimentos acelerados que resultaram em um aumento da dívida pública, alto índice de desemprego (que alcançou em torno de 15 milhões de pessoas), aumento da desigualdade social e o desmanche da Petrobrás.

Teoricamente, Temer atuaria como um conciliador entre os polos ideológicos, mas, sob a prerrogativa da agenda "Ponte para o Futuro", sua pauta neoliberal suprimiu direitos trabalhistas, privatizou e sucateou estatais, além de congelar os investimentos em saúde e educação por 20 anos. Seu governo se mostrou íntimo do ideal conservador-religioso e agudizou a polarização ideopolítica, abrindo espaço para a eleição de um chefe de Estado moralista.

A luta contra a corrupção e o comunismo nunca foi tão exaltada quanto no processo eleitoral de 2018. Marchas, manifestações populares e disparos de *fake*

*news* em grupos de *whatsapp*<sup>10</sup> são apenas alguns dos movimentos que foram realizados por Jair Bolsonaro e seus apoiadores na corrida eleitoral. Muitas das notícias falsas disparadas por seus grupos bolsonaristas envolviam temas como questão de gênero, sexualidade e religiosidade.

Em 28 de agosto de 2018, em uma entrevista ao Jornal Nacional durante sua campanha, Bolsonaro fala sobre um suposto seminário infantil LGBT: “Tinham acabado o 9º Seminário LGBT infantil. Repito: 9º Seminário LGBT infantil” — esse seminário nunca ocorreu, mas a mentira circulava na velocidade da internet, como se fosse a mais absoluta verdade. Um "seminário LGBT infantil" promovido pela esquerda seria suficiente para apoiar o discurso de que eleger o candidato da esquerda, Fernando Haddad, seria colocar a "família tradicional" brasileira em perigo.

A campanha eleitoral de Bolsonaro foi forjada em um discurso extremamente religioso e de estreitamento das relações com o Cristianismo. Batismo nas águas do Rio Jordão, participação em eventos religiosos de vertente cristã, falas contra a descriminalização do aborto, contra a erotização infantil e a defesa da família tradicional foram só alguns dos pontos mais recorrentes. O apoio explícito de pastores e políticos com o mesmo tipo de fala, resultou na adesão aos ideais de um candidato que conjugava "Deus acima de todos" com "vamos metralhar a petralhada".

Após atentado contra sua vida, as intenções de voto em Bolsonaro se intensificaram. O episódio até hoje não foi totalmente esclarecido e presenciável classificou o ato como uma tentativa de eliminá-lo da disputa política. O fato é que o incidente fortaleceu seu discurso (“Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”) e se materializou nos mais de 57.797.847 votos que eliminaram o candidato do PT, Fernando Haddad. Bolsonaro foi eleito presidente para o período 2019—2022 em segundo turno.

Em 25/10/2018, uma pesquisa realizada pelo DataFolha, quantifica os votos em Bolsonaro e Haddad, de acordo com a vertente religiosa do eleitor.

---

<sup>10</sup>O WhatsApp surgiu como uma alternativa ao sistema de SMS e agora possibilita o envio e recebimento de diversos arquivos de mídia: textos, fotos, vídeos, documentos e localização, além de chamadas de voz.

Imagem 5 — Distribuição do eleitorado por religião

## Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do DataFolha 25/10/2018

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
<b>Evangélica</b>	21.595.284	10.042.504	<b>11.552.780</b>
Afro-brasileiras	312.975	755.887	- 442.912
Espírita	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	- 871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	- 315.527

Fonte: DataFolha

Em seu discurso pós vitória eleitoral em 2018, Bolsonaro afirma o viés religioso de seu mandato:

"Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa, não de um partido, não é a palavra vã de um homem, é um juramento a Deus" (G1, 2018).

O conjunto de fenômenos sociais, no contexto de crise que o Brasil se encontrava, resultou em um cenário antagônico do ponto de vista político. As eleições de 2018 sinalizavam o avanço ideológico da extrema direita, principalmente sob o discurso de Bolsonaro.

A presença de lideranças evangélicas no Legislativo, Executivo e, principalmente, sua representatividade nas câmaras Estaduais e Municipais, assim como na câmara Federal e Senado, evidencia sua significância para o voto popular e reafirma seu poder no cenário político.

Essas lideranças e suas congregações estão espalhadas em todo o Brasil, predominantemente nas regiões mais remotas do país, de comunidades periféricas

a ribeirinhas, chegando aonde o Estado brasileiro costuma falhar com a ausência de políticas públicas e sociais.

Segundo uma pesquisa do Instituto Datafolha em Janeiro de 2020 divulgada pela Folha de São Paulo e reproduzida por diversos veículos de comunicação, o percentual em números de evangélicos cresceu na região norte, tornando-a a maior região com concentração de evangélicos, seguida do Sudeste e do Sul.

Ainda segundo a pesquisa, a maioria em percentual são de mulheres negras e pardas cuja a renda não ultrapassa dois salários mínimos. Essa pesquisa pode nos apontar um norte do porquê essas lideranças evangélicas alcançam espaço na política e ano após ano vem colocando em prática um projeto de poder, projeto este sonhado primeiramente por Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) — autor do livro *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*, lançado pela Editora Thomas Nelson Brasil em 2008.

Para Macedo, os cristãos devem despertar para o campo político, conseguir seu espaço nesse cenário se colocando como protagonista social e político como se “realizasse um plano divino”:

“Não há projeto auto-executável, pelo menos no campo de que estamos tratando, pois ele sempre dependerá de executores disponíveis para sua conclusão. Estamos falando de uma intenção antiquíssima, na verdade milenar, e que ainda não se concluiu. A não-conclusão do projeto em questão nunca se deveu a uma indisposição de Deus para efetuar-la, mas a falha de agentes que foram designados a estabelecê-la.” (MACEDO e OLIVEIRA, 2008, p. 53).

O anseio descrito em seu livro tem se concretizado ao longo de décadas, com força mais evidente nas últimas eleições. O Bispo Edir Macedo, além de pastor fervoroso, é também um bilionário brasileiro com fortuna estimada em R\$ 2 Bilhões<sup>11</sup> segundo a revista Forbes. Além disso, é considerado um captador político de sucesso, tido como uma influência a ser seguida por seus pares e por seus fiéis. A teologia da prosperidade garante a ele a credibilidade necessária para o apoio que

---

<sup>11</sup> Macedo é de longe o pastor mais rico do Brasil, com um patrimônio líquido estimado por várias revistas de negócios brasileiras em US\$ 950 milhões (R\$2 bilhões de reais)(Fonte: <https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/?sh=8c932395b1e3>)

tem da comunidade evangélica neopentecostal, para quem as bênçãos materiais são também objetivo divino para a vida de seus seguidores.

Podemos cogitar que a lógica da teologia da prosperidade vai ao encontro do sistema capitalista e do neoliberalismo. Os fiéis são motivados, através da oração e “devolução do dízimo”, a estarem abertos às “bênçãos do céu”: quanto mais doam à Igreja mais bênçãos recebem. Nos cultos televisionados da IURD, exibidos pela TV Record e sua rede de associadas, os fiéis são orientados a doar suas ofertas em correntes de orações e cultos com foco no financeiro<sup>12</sup>. Também fazem parte da programação, palestras para microempreendedores e cultos voltados para esse mesmo tema, que acabam reforçando no imaginário dos crentes que o modelo socioeconômico não é responsável pelas desigualdades sociais latentes, mas a falta de fé e a não-busca do deus cristão.

A possibilidade de “enriquecimento” que os líderes religiosos oferecem em troca da fé ilimitada, manifesta por meio de orações no templo e doação de tempo e dinheiro, pode responder a nossa reflexão sobre a fidelidade dessa população aos conselhos e demandas do seu pastor, inclusive na escolha da representação política. Essas congregações prestam ao seu rebanho serviços e doações que o Estado brasileiro tem deixado a desejar com políticas públicas cada vez menos abrangentes; a maioria das Igrejas evangélicas estão envolvidas ou protagonizando ações sociais de grande visibilidade e em locais onde o público tem carência financeira, sociocultural e emocional.

Essas ações vão de projetos educacionais, saúde, trabalho e renda até distribuição de cestas básicas. A participação da IURD, que possui centenas de projetos sociais no mundo todo, e de tantas outras congregações significa muito para comunidades sem acesso a lazer, esporte e suporte psicológico.

O Desemprego e a precarização do trabalho podem ser outros fatores que levam essa população a ter gratidão pela Igreja, já que as orações e o trabalho árduo pelo Reino de Deus trazem a esperança de prosperidade próxima como recompensa.

---

<sup>12</sup>A Igreja Universal do reino de Deus possui cultos específicos para a busca de sucesso financeiro. Às segunda-feiras por exemplo, há o Congresso Para o Sucesso - uma palestra da Universal voltada especialmente a quem busca mudança na vida profissional e, conseqüentemente, na vida financeira. Fonte: <https://www.universal.org/tag/congresso-para-o-sucesso/>



Nos períodos eleitorais, especialmente no mandato da presidente Dilma Rousseff, ficou mais evidente como o apoio de lideranças religiosas são importantes para qualquer candidato político, especialmente das lideranças cristãs evangélicas. Candidatos da esquerda que possuem em seus discursos pautas progressistas costumam ter receio de um possível embate com essas frentes.

Em 2010, a campanha da ex-presidente Dilma Rousseff foi envolvida por polêmicas no campo religioso. Especulavam que ela aprovaria diversas leis que fogem da normativa cristã, como o aborto e a união civil de casais homoafetivos. A então presidente teve que assinar publicamente para a comunidade cristã uma suposta carta onde se comprometia a não sancionar leis que descriminalizariam o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A ex-presidente Dilma também pôde contemplar de forma incisiva como essa comunidade, representada pela bancada evangélica (composta por religiosos de outras vertentes, não somente protestantes ou evangélicos), consegue ter influência forte na sociedade brasileira. Em 2016, no calor da votação pelo seu processo de impeachment, ela assistiu ao ex-presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, ex-membro ativo da bancada evangélica, votar seu sim invocando a “misericórdia de Deus pela nação.” A deputada Janaína Pascoal participou ativamente do processo de impeachment usando de discursos religiosos para reafirmar a necessidade de mudança no Executivo, chegou a comparar a ex-presidente Dilma Rousseff com uma cobra e se intitulou parte de uma legião que “Deus escolheu para acabar com o reinado da cobra”<sup>13</sup>.

Michel Temer, o ex-presidente interino, também teve que recorrer ao apoio de lideranças evangélicas para o sucesso nas aprovações de reformas em seu mandato como a reforma da previdência e a reforma trabalhista que resultou numa retirada de direitos importantes na garantia das leis de trabalho.

Em 2018, o número de religiosos com candidatura e de vertente cristã, cresceu em 11% segundo levantamento feito pela UOL<sup>14</sup>. O slogan de Jair Messias Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” tem o intuito claro de

---

<sup>13</sup>A nível de informação, Janaina se tornou fiel apoiadora do Presidente Jair Bolsonaro, foi então reeleita nas eleições de 2018 a deputada Estadual mais votada no Estado de SP com 2 milhões de votos.

<sup>14</sup>UOL - O UOL é uma empresa brasileira de conteúdo, produtos e serviços de Internet do Grupo UOL PagSeguro. (Fonte: <https://canaltech.com.br/empresa/uol-inc/> - Acesso em 01/05/2022)

aproximá-lo com os "valores cristãos" (ainda que ele apoie publicamente figuras envolvidas com o terror da ditadura<sup>15</sup>) e tornou-o o candidato ideal para representar um grupo que junto de Macedo e outros, vem idealizando um projeto de poder em que suas demandas possam ser a demanda de todos e aceitas sem muita contrariedade pela oposição.

Um discurso específico de Jair Bolsonaro, ainda durante a candidatura (com um público eufórico ovacionando-o e gritando: "um país conservador"), deixou nítido que, para além do descontentamento com a situação escandalosa que o país vinha enfrentando no governo anterior, havia também um anseio latente de reconstrução desse País aos moldes da ideologia e fé desse grupo social religioso:

"Somos um País Cristão. Deus acima tudo! Não tem essa historinha de Estado laico não. É um Estado cristão. Vamos fazer um Brasil para as maiorias, as minorias têm que se "curvar as maiorias". As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem" (YOUTUBE, 2017)

Enfim, o candidato Jair Bolsonaro preenchia todos os requisitos que a comunidade evangélica neopentecostal ansiava. Não só um discurso austero em relação à economia, com potencial dismantelador de políticas sociais, mas principalmente um candidato "terrivelmente cristão". Muito natural esperar que fiéis dessas comunidades aceitassem de bom grado esse candidato que, apesar de falas tão radicais e que feriam os direitos humanos, continham em si o desejo de tornar a nação brasileira "tamente a Deus". Segundo o próprio Bolsonaro, "se não for por livre adesão que seja pela força/canetada" - em alusão à formulação de leis para tal. Como diz GRAMSCI:

"A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou submeter inclusive com a força armada e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser "dirigente" (GRAMSCI, 2002, p. 62).

---

<sup>15</sup>"O erro da ditadura foi torturar e não matar" ... "Pau de arara funciona. Sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável também" - Algumas das declarações de Bolsonaro em entrevistas. A primeira à Radio Joven Pan em Julho de 2016 e a segunda, ao Programa "Câmera Aberta" na TV Bandeirantes em 1999.

Antes e durante o processo eleitoral de 2018, o cenário brasileiro mergulhou em um espiral vertiginoso que espelhava a campanha fervorosa de evangélicos em favor de seus políticos. Na composição do governo Bolsonaro, seus personagens buscavam reforçar essa identificação com o eleitorado e, em seus discursos, proferir a semelhança desses ideais: “Menino veste azul e menina veste rosa. É uma nova era no Brasil” — foi o que disse a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, assim que assumiu a pasta durante a cerimônia de transmissão de cargo.

Diversos episódios como este nos fazem refletir sobre como nossa Democracia, garantida pela Constituição de 1988, pode estar tão longe de nos conceder liberdade de escolha individual e coletiva, a exemplo do Artigo 5º da Constituição Federal que nos garante a livre escolha de representação política com o instituto do sufrágio universal, possa no entanto estar sob risco e apresentar retrocessos. Tal qual a fé que queremos professar (ou não), a autonomia das mulheres sobre seus corpos e questões de gênero que estão além da biologia dos sexos e que exigem da sociedade a normalização da família não tradicional, nos faz pensar se há espaço para a comunidade LGBTQIA+ nessa democracia conduzida por um grupo cuja a ideologia é sacrificar tudo que não for do agrado do seu "deus" e da sua fé.

Ciente do seu eleitorado, Bolsonaro adotou durante a campanha no segundo turno das eleições, um trecho bíblico como mais um de seus slogans<sup>16</sup>. Um de seus filhos, o Senador Flávio Bolsonaro, publicou o vídeo com o programa eleitoral em sua conta no Twitter<sup>17</sup>. Em um dos trechos de sua fala, Bolsonaro diz:

"Ao final de 2014 resolvi disputar as eleições de 2018. Para tanto, comecei a andar pelo Brasil. E adotei uma bandeira, que é uma passagem bíblica. João 8:32: 'E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará'. É uma bandeira que ninguém mais acredita porque, como regra no nosso meio político, a mentira está acima de tudo"

---

<sup>16</sup>Segundo o dicionário, Slogan é uma expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca etc.

<sup>17</sup>O Twitter é uma rede social e um serviço de micro blog para comunicação em tempo real usado por milhões de pessoas e organizações.

Durante seu discurso na 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em Setembro de 2020, Bolsonaro novamente demonstra sua proximidade com religiosos ao dizer: "A liberdade é o bem maior da humanidade. Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia."

A desconstrução do verdadeiro debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos e a questão de gênero foi um dos mais recorrentes temas explanados por Bolsonaro. Sofismas como o *kit gay*<sup>18</sup> e a *ideologia de gênero* passaram a circular livremente nos disparos em massa no *whatsapp*<sup>19</sup>. Esse tema em particular não foi exclusivo do período eleitoral de 2018. Durante o primeiro mandato de Dilma Roussef em 2011, já se falava sobre o assunto e, em 2014 enquanto se discutia o Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024), a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) evocou a "defesa da família tradicional" e se mostrou combativa aos direitos sexuais e reprodutivos utilizando a mesma premissa adotada pelo conservadorismo e moralismo religioso presentes na política brasileira.

Nesse sentido, o debate para a formulação de leis e políticas ameaça os valores tradicionais familiares e significaria uma tentativa clara de influenciar a sexualidade de seus filhos, destruindo a "família tradicional". O resultado é que as frentes conservadoras utilizaram essa distorção sobre discussões necessárias ao desenvolvimento de uma sociedade igualitária e minimamente justa, do ponto de vista dos direitos, e a saga do "kit gay" e da "ideologia de gênero" cria o inimigo.

Nesse cenário, o inimigo é a esquerda sob a figura do PT de Fernando Haddad. Mentiras, redes sociais e desinformação permeiam a disputa eleitoral de 2018 e as redes sociais como *Twitter*, *Facebook* e aplicativos como *Whatsapp*, se tornam o fio condutor de uma rede de desinformação. As mentiras envolvendo a tal "ideologia de gênero" acabam fazendo parte do tema da educação. O que não é

---

<sup>18</sup>O Kit gay foi na realidade um conjunto de materiais de cunho educativo que objetivava o combate da homofobia no espaço escolar. Observando que a desinformação sobre a orientação sexual é o maior fomentador dos casos de bullying contra a comunidade LGBTQA+. O Kit continha material audiovisual voltado para os gestores em educação e foi parte do Projeto: Escola sem Homofobia, proposto pelo Ministério da Educação com o apoio de Fernando Haddad, ONGs nacionais e internacionais e com o aval da UNESCO. Contudo sua finalidade e realidade foram distorcidas por grupos conservadores-religiosos.

<sup>19</sup>Enviar uma mensagem em massa no WhatsApp (também conhecido como disparo em massa) significa que foi enviado um mesmo conteúdo para diversas pessoas ao mesmo tempo, como se fosse um e-mail Marketing

sem propósito, já que envolve a participação da família e sensibiliza pelo fato de lidar com crianças e adolescentes.

Recentemente (2020), o Instituto de Estudos da Religião (ISER) realizou o monitoramento de candidaturas nas principais capitais do Brasil e identificou algumas curiosidades sobre o assunto:

A campanha eleitoral 2020 indica que a cruzada de alguns políticos, seja daqueles com identidade religiosa, seja dos que se identificam como conservadores, têm a educação como alvo. Muitos candidatos circularam por escolas, se encontraram com professores, demonstraram especial disposição em debater temas na área, mesmo que a seu modo. A postura antigênero aparece nesse pleito travestida de preocupação com a educação.

As autoras REIS, MAGALLI e ABREU (2020) discorrem em seu artigo publicado pela revista Piauí no site da Folha de São Paulo:

Assim como o apelo à cidadania já foi uma pauta do campo progressista e agora é disputada por atores conservadores, o mesmo acontece atualmente em relação à educação a partir do argumento de "defesa da família". A ideia de que estamos em uma guerra esteve muito presente nos discursos dos candidatos engajados nessa cruzada, onde o outro é visto como inimigo a ser destruído sem qualquer possibilidade de diálogo. Com a eleição de parcela significativa deles, ela parece muito longe de acabar.

A repetição dessas mentiras aliada à ideia de que um candidato religioso é naturalmente conservador e honesto transformou Bolsonaro em um "mito" para seus eleitores e o único com coragem para lutar contra o fantasma do comunismo e "a velha política"<sup>20</sup>.

Sobre o segundo tema, durante as eleições e após ser eleito, Bolsonaro fez muitas declarações nesse sentido. Uma delas foi ao discursar na cerimônia que marcou o início das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, em Mara Rosa, Goiás no mês de setembro de 2021:

---

<sup>20</sup>A velha política é a política da conveniência, seja nos discursos, seja em ações práticas. É quando a política serve a benefício próprio e não ao povo. Acontece quando o interesse individual se sobressai ao interesse coletivo. É quando os interesses das grandes corporações, bancos e multinacionais são colocados acima dos interesses dos trabalhadores (Fonte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-prova-que-ele-mesmo-e-a-personificacao-da-velha-politica/> - Acesso em 24/04/2022)

“Aos políticos, o cargo político. Aos ministérios terminativos, as nossas pessoas competentes e preparadas para desempenhar essa função. É um casamento também perfeito. Não foi fácil no começo, repito. As pressões... Há tendência de alguns ainda querendo a volta da velha política. Isso deixamos para trás. Todos nós ganhamos com isso” (OLIVEIRA, 2021).

Em termos democráticos, Bolsonaro enquanto o maior representante político do país sob a figura de chefe de Estado, aparentemente atua contra as estruturas do nosso regime político — que prevê a separação dos poderes, garantindo sua autonomia de forma limitada pelo sistema de pesos e contrapesos conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 — sempre que se coloca contra qualquer decisão de outras esferas de poder. Não apenas uma ou duas, mas várias vezes, Bolsonaro ignorou essa condição e realizou ataques diretos à democracia quando lançou dúvidas sobre a segurança do nosso sistema eleitoral ou ameaçou os ministros do Supremo Tribunal Federal como em 07 de setembro de 2021, no meio da Avenida Paulista em cima de um carro de som:

“Dizer mais a vocês, nós acreditamos e queremos a democracia, a alma da democracia é o voto, não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições... Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral [ministro Luís Roberto Barroso]” (BEHNKE, 2021)

Enfrentamos uma pandemia global (Covid -19) causada por um vírus do qual pouco se sabe, sob uma chuva de inverdades que tentavam, sobretudo, encobrir ações mal planejadas (ou propositalmente planejadas) do governo. Mais de 600 mil mortes contabilizam as estatísticas oficiais sobre a pandemia enquanto o governo comprava medicações sem efeito, se envolvia em escândalo de corrupção na compra de vacinas ou propagava (e ainda propaga) mentiras sobre elas e os métodos de prevenção à contaminação pelo vírus, como o uso de máscaras, por exemplo:

O presidente afirmou que no surto da chamada Gripe Espanhola de 1918 a maioria das vítimas não morreram pelo vírus, mas sim pelo uso de máscaras. “O doutor [Anthony] Fauci<sup>21</sup> dizendo, em um artigo de 2008, que

---

<sup>21</sup>Em artigo em 2008 sobre a Gripe Espanhola, Fauci aponta, na realidade, que muitos infectados pelo vírus influenza desenvolveram pneumonia bacteriana em razão da queda da imunidade provocada pela doença. Em nenhuma linha o estudo aponta que máscaras respiratória tenham tido

a maioria das vítimas da gripe espanhola não morreu de gripe espanhola. Sabe do que eles morreram, na verdade? De pneumonia bacteriana causada pelo uso de máscaras”, disse, citando o conselheiro do governo dos Estados Unidos para assuntos de epidemia (Rede Brasil Atual, 2021)

Essas ações do presidente resultaram na abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), a CPI da Pandemia que, com efeitos práticos, foi fundamental para que a imunização da população se acelerasse. Segundo apurou-se, o Brasil seria o primeiro país, depois da China, a iniciar a vacinação se o atraso nas negociações não tivesse ocorrido.

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, afirmou em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, no Senado, nesta quinta-feira (27/5/2021), que o Brasil poderia ter sido o primeiro país no mundo a começar a vacinar contra covid-19, depois da China. De acordo com ele, a demora na negociação atrasou aquisição de insumos para produção de vacina e a parceria que o instituto buscou junto à Sinovac, farmacêutica chinesa que tem contrato com o Butantan para a produção da Coronavac (TEÓFILO e LIMA, 2021).

Muitas declarações e movimentos políticos do presidente da República demonstram que, apesar das contradições, Bolsonaro continua representando seus semelhantes e sendo para eles um "mito". Isso revela que essa parcela da população endossa o racismo, a homofobia, a misoginia, o machismo e as ideias fascistas do presidente, fazendo-nos olhar com temor para o futuro.





## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa Republica foi construída sobre as bases sólidas do cristianismo e como consequência desse fato, nossa sociedade traz fortes traços dessa religiosidade.

Após o fim do golpe militar de 1964, nossa Constituição Federal foi formulada com a presença expressiva de cristãos entre evangélicos e protestantes. Tanto que lê-se no trecho final do preâmbulo da nossa Constituição de 1988: “ promulgamos, sob **a proteção de Deus**, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.”

Isto em si, representa um problema para um Estado laico, pois nos últimos anos temos acompanhado uma sucessão de eventos em que é perceptível o aumento das citações sobre “Deus”, referindo-se de forma distorcida à questões de caráter político que são próprias da nossa Constituição. O que naturalmente nos faz questionar sobre as consequências desse comportamento a longo prazo, na esfera do poder do Estado. A laicidade implica a compreensão de que não importa a fé que seus cidadãos professem, sendo maioria ou não, o Estado não tem religião e isso é indiscutível.

Professar uma fé seja qual for, é constitucional em um Estado de Direito. Contudo, quando essa profissão de fé ultrapassa interesses coletivos e ocasiona uma crise social que determina os rumos de eleições conturbadas e cheia de narrativas de ódio, tal qual as decisões legislativas que continuam excluindo a diversidade, compreendemos os riscos que expõem a fragilidade da nossa democracia.

A inserção de neopentecostais na estrutura do poder é antiga e atualmente vem repercutindo consideravelmente na tendência de desconstrução de valores progressistas no Brasil. As consequências da interferência dos costumes morais e ortodoxos desses grupos na política, tem criado conflitos tensos no que se refere ao pluralismo cultural e político da nossa sociedade. Essa polarização tem tornado a visão coletiva de uma parcela da sociedade turva, vertendo discussões sérias em análises superficiais e extremistas, havendo a uma perda considerável da capacidade de debates plurais.

O que observamos na reflexão desse trabalho é a presença sempre constante desses atores no campo político, não só como participantes de uma sociedade democrática, mas também como protagonistas de grandes eventos históricos. Seja colaborando em uma Assembleia Nacional Constituinte, seja colocando a bíblia acima dessa Constituição quando debatemos sobre questões de gênero, direito sexual e reprodutivo ou a discussão sobre a descriminalização das drogas.

Considerando as últimas eleições, assistimos à uma ascensão do imaginário teocrático palpável quando por diversas vezes, escutamos o Presidente da República em suas diversas narrativas dizer: "Só Deus me tira da cadeira presidencial"<sup>22</sup>.

O Presidente da República e alguns membros da bancada evangélica usam essa retórica reacionária e conservadora que encontra ressonância em sua base eleitoral, e repercurtem estrondosamente dissonante com o que prevê a nossa democracia. Como por exemplo, quando o presidente e seu asseclas realizam discursos de ataques às nossas Instituições. Com destaque aos mais recorrentes, citamos o STF. Isso pode demonstrar que os princípios democráticos não são seus guias e podem ser prescindíveis caso a circunstância exija. Desse modo nossa reflexão refere-se à força dessas influências em nossa sociedade e como elas têm refletido no campo político, na interação com nossa democracia e como podem se comportar ao chegar no executivo.

Por se tratar de uma discussão recente, consideramos que nossas observações são meramente preliminares mas importantes, para que se levante o debate no campo empírico sobre os reflexos desse comportamento sincrético no meio político e que conjuga religião e conservadorismo com direitos, sem colocar cada pauta em seu devido lugar: A religião e o conservadorismo na esfera da vida particular de cada indivíduo e os direitos, sob a tutela da laicidade e da diversidade. Um espaço onde a opinião de um credo não pode se sobrepôr aos interesses de quem não comunga da mesma fé ou defende os mesmos valores.

Na esfera do Serviço Social, nossa reflexão é a de que é premente que a formação dos profissionais na área, reforce o compromisso da categoria com a

---

<sup>22</sup>Em live nas redes sociais, presidente também comentou decisão do Supremo Tribunal Federal que torna ex-presidente Lula elegível para 2022. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/so-deus-me-tira-da-cadeira-presidencial-diz-bolsonaro-sobre-impeachment/> - Acesso em 21/04/2022

defesa intransigente dos Direitos Humanos, como diz o nosso juramento. Não somos religiosos no nosso espaço de trabalho e não imputamos aos usuários nossos valores pessoais. Formulamos, desenvolvemos e executamos políticas sociais que alcancem a sociedade em sua diversidade e atuamos para que as minorias não sejam oprimidas ou negligenciadas por um projeto de poder excludente e perigoso.

Acreditamos que esse trabalho nos traz o questionamento necessário sobre a força do projeto de poder neopentecostal em uma sociedade com uma democracia tão recente e em como a desinformação pode ser uma arma poderosa na manutenção desse poder.

## REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Max. **Hoje na História: 1794 - Assembleia Nacional da França abole a escravidão em suas colônias**. Opera Mundi. 2011. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/9349/hoje-na-historia-1794-assembleia-nacional-da-franca-abole-a-escravidao-em-suas-colonias>. Acesso em: 1 mai. 2022.
- BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação**. 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_md\\_b](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_md_b). Acesso em: 20 fev. 2022.
- BEHNKE, Emilly. **Bolsonaro chama Moraes de "canalha" e diz que não cumprirá suas decisões**. Poder 360. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-chama-moraes-de-canalha-e-diz-que-nunca-sera-presos>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, f. 109. 1992. 217 p.
- BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**, f. 120. 1999. 240 p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, f. 659. 1993. 1318 p.
- BOLSONARO aumenta coleção de mentiras sobre a covid no Brasil: Negacionista crônico, presidente segue conspirando contra a saúde pública, atacando a eficácia das vacinas e do uso de máscaras. Rede Brasil Atual. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/10/bolsonaro-aumenta-mentiras-covid-brasil/>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- BOLSONARO cita Bíblia e diz que faz campanha simples, sem "milhões" do PT. UOL. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/14/bolsonaro-cita-biblia-e-diz-que-faz-campanha-simples-sem-milhoes-do-pt.htm>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- BOLSONARO diz que fará um governo 'defensor da Constituição, da democracia e da liberdade'. G1. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/bolsonaro-diz-que-fara-um-governo-defensor-da-constituicao-da-democracia-e-da-liberdade.ghtml>. Acesso em: 3 abr. 2022.

BRASIL, Felipe Moura (Org.). **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**.. Editora Record. Rio de Janeiro, 2013. 594 p. Disponível em: <https://ensaiosflutuantes.files.wordpress.com/2016/03/o-minimo-que-voce-precisa-saber-olavo-de-carvalho.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CATÓLICO, Temer reforça aceno a religiosos em seu discurso de posse. UOL. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/catolico-temer-reforca-aceno-a-religiosos-em-seu-discurso-de-posse.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DA COSTA, Anna Gabriela. "Só Deus me tira da cadeira presidencial". **CNN Brasil**. São Paulo, Abril, ano 2021, 15 abr. 2021. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/so-deus-me-tira-da-cadeira-presidencial-diz-bolsonaro-sobre-impeachment/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

DE PAULA, Tiago Franco . **DEUS ACIMA DE TUDO**:: A atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018. Brasília, 2021. 184 p Tese (Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/42663/1/2021\\_TiagoFrancodePaula.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/42663/1/2021_TiagoFrancodePaula.pdf). Acesso em: 1 mai. 2022.

FONSECA, Bruno; CORREIA, Mariama; FERNANDES, Larissa. **Puxadas por Universal, candidaturas de sacerdotes religiosos batem recorde em 2020**. Pública. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/10/puxadas-por-universal-candidaturas-de-sacerdotes-religiosos-batem-recorde-em-2020/>. Acesso em: 20 out. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: tradução Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Civilização Brasileira, v. 2, 2004. 25 p. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Gramsci.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

JAIR Bolsonaro diz que a minoria tem que se adequar 10/02/17. Youtube, 2017 (52 segundos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BCkEwP8TeZY>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JAIR Bolsonaro eleito: veja aqui 110 frases ditas por ele e checadas pela Lupa em 2018. Agência Lupa. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/28/tudo-sobre-bolsonaro/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LOCKE, John. **Dois Tratados Sobre O Governo**. Martins Martins Fontes, f. 320, 2005. 639 p.

MARIANO, Ricardo. "**A esquerda abriu espaço e legitimou os evangélicos na política**". El País. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246\\_927730.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246_927730.html). Acesso em: 20 abr. 2022.

MARIANO, Ricardo. **Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil**, f. 143. 2001. 285 p.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. Edicoes Loyola, f. 123, 1999. 246 p.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O ENVOLVIMENTO DOS PENTECOSTAIS NA ELEIÇÃO DE COLLOR. **Novos Estudos**, Biblioteca Digital TSE, v. 34. 15 p, Novembro 1992. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5134/1992\\_mariano\\_e\\_nvvolvimento\\_pentecostais\\_eleicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5134/1992_mariano_e_nvvolvimento_pentecostais_eleicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 23 abr. 2022.

MARIZ, Cecília L; JR, Paulo Gracino. **Os pentecostais no censo de 2010**: In: Menezes, Renata e Teixeira, Faustino - Religiões em movimento. Scribd. 2019. 11 p. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/213455063/Os-Pentecostais-No-Censo-de-2010>. Acesso em: 11 mai. 2021.

MEDEIROS, Alexsandro M. **John Locke**. Sabedoria Política. 2021. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofiamoderna/os-contratualistas/locke/>.. Acesso em: 28 jul. 2021.

MENDES, Betina Souza. **Democracia segundo Rousseau**: : uma análise histórica sobre as principais ideias de Rousseau na obra ' Contrato Social' e sua contribuição para democracia na contemporaneidade. UNIBRASIL. Curitiba, 2009. 09 p. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/226/219..> Acesso em: 20 jul. 2020.

MOTTA, Sylvio. **Teoria, jurisprudência e questões**. Forum Turbo. São Paulo, 2013. 1156 p. Disponível em: <https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/1720-Direito-Constitucional-Sylvio-Motta-2018.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

OLIVEIRA, Mayara. Bolsonaro diz que seu governo deixou a "velha política para trás". **Metrópoles**, Set, ano 2021, 17 set. 2021. Política. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-diz-que-seu-governo-deixou-a-velha-politica-para-tras>. Acesso em: 26 abr. 2022.

POLÍTICA - Edição Bilíngue: Aristóteles. Tradução Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Vega, 1998. 666 p. (Vega Universidade Ciências Sociais e Políticas).

REIS, Lívia; CUNHA, Magali; ABREU, Gabrielle . **“MAMADEIRA DE PIROCA”**

**VERSÃO 2020:** Monitoramento em oito capitais mostra como candidatos conservadores acusaram adversários usando “ideologia de gênero”. 2017.

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mamadeira-de-piroca-versao-2020/>.

Acesso em: 23 abr. 2022.

ROSAS, Nina Gabriela. **O Desenvolvimento do Neopentecostalismo Brasileiro:**

: esboço sobre a positividade da experiência religiosa nos dias de hoje.. 2001. 13 p.

Disponível em:

[http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/art\\_ROSAS\\_neopentecostalismo.pdf](http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/art_ROSAS_neopentecostalismo.pdf).. Acesso em: 1 mai. 2022.

SOUSA, Rainer. **Constituição de 1934.** Brasil Escola UOL. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/constituicao-1934.htm>. Acesso em: 1 mai. 2022.

TEÓFILO, Sarah; LIMA, Bruna. **Dimas Covas diz que Brasil seria 1º país a**

**começar a vacinar no mundo, após a China:** Diretor do Instituto Butantan afirma que demora por parte do governo federal nas negociações atrasaram o cronograma, que poderia ter começado a entregar imunizantes ainda em dezembro do ano passado. Correio Braziliense. 2021. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4927281-dimas-covas-diz-que-brasil-seria-1-pais-a-comecar-a-vacinar-no-mundo-apos-a-china.html> . Acesso em: 24 abr. 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América – Edição Integral.** EDIPRO, v. 2, f. 384, 2019. 768 p.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, f. 117. 1987. 233 p.

WEFFORT, Francisco Correa. **Os Clássicos da política:** Maquiavel, Hobbes Lock, Montesquieu, Rousseau, "o federalista". São Paulo: Editora Ática, v. 1, 2001.